



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CAROLINA DE SOUZA AMORIM

REPRESENTANTES DE TURMA:
contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo

Rio de Janeiro

2024

CAROLINA DE SOUZA AMORIM

REPRESENTANTES DE TURMA:

contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A524 Amorim, Carolina de Souza

Representantes de turma : contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo / Carolina de Souza Amorim.
- Rio de Janeiro, 2024.

89 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Ana Carolina Rigoni Carmo.

1. Ensino médio integrado. 2. Formação integral. 3. Educação profissional. 4. Protagonismo discente. 5. Estudantes do ensino médio. 6. Cotidiano escolar. 7. Sala de aula. I. Carmo, Ana Carolina Rigoni. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



CAROLINA DE SOUZA AMORIM

REPRESENTANTES DE TURMA:

contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de março de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo
Colégio Pedro II
Orientadora

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Fábio Costa Peixoto
IFRJ – Campus Nilópolis

Rio de Janeiro

2024



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



CAROLINA DE SOUZA AMORIM

JOGOS PARA REPRESENTANTES:
TRILHA FORMATIVA E QUIZ DOS SETORES

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de março de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo
Colégio Pedro II
Orientadora

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Fábio Costa Peixoto
IFRJ – Campus Nilópolis

Rio de Janeiro
2024

PRIMEIRAS PALAVRAS

Algumas experiências nos atravessam de um modo que temos que ter muita força e apoio para operar em busca da recuperação. Elas nos mostram quem está ao nosso lado, revelam quem somos e repensamos sobre nossas prioridades. A experiência do mestrado iniciou na minha vida em um período em que o mundo vivenciou a pandemia COVID-19 e, diante de tantas turbulências e partida de familiares queridos, logo após a “volta à vida normal” precisei me afastar por um tempo para me recuperar, identificar os sentidos, buscar apoio profissional e, enfim, conseguir concluí-la. Será que estou no mestrado por que realmente quero? Será que estou por uma pressão imposta pelos outros? Tantos questionamentos eu me fiz durante o período de afastamento que, agora, na reta final, as respostas ainda não estão concretas.

Portanto, caro (a) leitor (a), se você chegou até esse trabalho tenha certeza que ele não representa quem eu era antes dessa experiência ou quem sou hoje, depois da escrita desse estudo. Entretanto, tenha certeza que eu fiz o meu melhor para retratar o que vi, vivi e ouvi durante o período da pesquisa.

Agradeço a todos que acreditaram em mim, incentivaram e contribuíram ao longo dessa jornada para que eu fosse capaz de materializar cada etapa dessa pesquisa.

“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível.
Que o céu é o limite e você é imbatível”
A vida é desafio - Racionais MC's

RESUMO

AMORIM, Carolina de Souza. **Representantes de turma:** contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

A presente pesquisa objetiva analisar se o papel de representante de turma desempenha potencialidades que contribuem com aspectos que envolvem a formação integral destes sujeitos. O contexto de pesquisa é o Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional, no âmbito do campus Tijuca II do Colégio Pedro II (CPII). O aporte teórico que norteia a discussão sobre formação integral e Ensino Médio integrado, parte de reflexões embasadas na literatura de autores como Ciavatta (2005, 2014, 2012), Frigotto (2001, 2008), Ramos (2008). No que tange aos referenciais sobre protagonismo, dentre os pensadores estudados estão Ferretti et al (2004) e Stamato (2008), além da análise de documentos institucionais do Colégio Pedro II. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo com aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram analisados pelo método de análise de conteúdo de Bardin (2011). Em relação ao produto educacional, elaborou-se uma proposta de dois jogos com informações sobre setores do colégio e orientações para representantes de turma, construído a partir da análise dos dados coletados, a fim de contribuir para a atuação dos representantes de turma do EMI e demais estudantes interessados no tema e, sugerir práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar.

Palavras-chave: formação integral; representantes de turma; protagonismo.

ABSTRACT

AMORIM, Carolina de Souza. **Representantes de turma:** contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

The present research also, as a general objective, analyzes whether the role of class representative has potential that affects aspects that involve the integral training of these subjects. In view of this, the hypothesis presupposes that the construction of the protagonism of class representatives can be one of the paths towards a process of an integral formative nature for social actions and in the world of work. The research context is Integrated High School (EMI) with professional education, within the Tijuca II campus of Colégio Pedro II (CPII). The theoretical sport that guides the discussion on comprehensive training and integrated high school is based on reflections based on the literature of authors such as Ciavatta (2005, 2014, 2012), Frigotto (2001, 2008), Ramos (2008). Regarding references on protagonism, among the trained thinkers are Ferretti et al (2004) and Stamato (2008), in addition to the analysis of institutional documents from Colégio Pedro II. The methodology used is qualitative in nature with the application of semi-structured interviews and the data found is analyzed using the content analysis method of Bardin (2011). In relation to the educational product, a proposal for two games was prepared with information about sectors of the school and guidelines for class representatives, built based on the analysis of the data found, in order to contribute to the performance of class representatives in EMI and tips practices that help future elected officials in their daily school lives.

Keywords: integral training; class representatives; protagonism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CPII – Colégio Pedro II

EMI – Ensino Médio integrado

ENE – Entrevista egressa

ENRP – Entrevista representantes de turma

ENS – Entrevista servidora SOEP

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PRD – Programa de Residência Docente

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROPGPEC – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

SOEP – Setor de Orientação Educacional e Pedagógica

TALE – Termo de assentimento livre e esclarecido

TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	12
1.2 Contexto do estudo	15
1.3 Questão norteadora	18
1.4 Objetivo geral	18
1.5 Objetivos específicos	18
1.6 Hipótese	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FORMAÇÃO INTEGRAL E PROTAGONISMO ESTUDANTIL	20
2.1 Concepções sobre formação integral	20
2.2 Concepções sobre Protagonismo Estudantil	28
3 METODOLOGIA	31
3.1 Caracterização do tipo e abordagem da pesquisa	31
3.2 Local de pesquisa	32
3.3. Amostras da pesquisa	33
3.4 Critérios éticos	34
3.5 Instrumentos da pesquisa e metodologia para análise	36
4 ANÁLISE DOS DADOS	37
4.1 Perfil das amostras	39
4.1.1 Profissionais do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP)	39
4.1.2 Representantes de turma no ano letivo de 2022	40
4.1.3 Egressa ex-representante de turma	40
4.2 Categoria 1 - O processo de eleição	40
4.3 Categoria 2 - O representante de turma	45
4.4 Categoria 3 - O perfil do representante de turma	49
4.5 Categoria 4 - A relação com o SOEP e a atuação dos representantes de turma	52
4.5.1 A relação com o SOEP	52
4.5.2 A Atuação dos representantes de turma	57
4.6 Impactos na relação estudante-escola e desdobramentos para o futuro	61
5 PRODUTO EDUCACIONAL	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SOEP	75
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTUDANTES ATUAIS REPRESENTANTES DE TURMA OU SUPLENTE	77
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA EGRESSOS FORMADOS E EX REPRESENTANTES DE TURMA	79
ANEXO A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	81
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESPONSÁVEL LEGAL	82

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE – ENTREVISTA PRESENCIAL	84
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE – ENTREVISTA ONLINE	86
ANEXO E - CARTA DE ANUÊNCIA	88
ANEXO F - APROVAÇÃO PLATAFORMA BRASIL	89

INTRODUÇÃO

O debate em torno da representação estudantil é observado principalmente quando pesquisamos sobre práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem e sobre movimentos estudantis. Este último se destaca no ano de 1968, contra a ditadura militar, marcando a historicidade da luta estudantil no Brasil (Mesquita, 2003). Além disso, um momento recente e marcante sobre as organizações estudantis foram as ocupações que ocorreram nos anos 2015 e 2016. A primeira iniciou-se em São Paulo, contra medidas tomadas pelo governo estadual que visavam a reorganização escolar e previam o fechamento de escolas¹ e, depois, este movimento foi seguido por outros lugares no Brasil no ano de 2016², tendo diversas pautas, mas com um sentido comum visto na maioria, ser contra medidas do governo federal de precarização da educação pública.

Os movimentos estudantis são expressões das possibilidades de representação dos estudantes, que se desdobram em outras maneiras de organização na Educação Básica, seja como coletivos estudantis, grêmios estudantis, representante de turma, entre outros. Todavia, para o presente trabalho, interessa-nos os representantes de turma com o objetivo de analisar se as práticas e as estruturas que os perpassam no cotidiano escolar contribuem com aspectos que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho desses estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI) à educação profissional. Diante disso, será que o modo como os estudantes coletivamente são eleitos para representantes de turma e a atuação destes pode ser pensado como um processo que contribui em aspectos que envolvem a formação integral?

A eleição dos representantes de turma pode ser um processo em que os estudantes identificam aqueles que melhor correspondem às suas expectativas e os elegem por meio do voto. Em qualquer circunstância e contexto, seja na escola - no presencial ou no remoto - ou no ambiente de eleições políticas governamentais, os representados esperam que os representantes escutem as demandas e exerçam seu papel de forma responsável. Não é uma forma autoritária de colocar um estudante neste papel, assim como não deveria ser a nomeação de um político a determinado cargo. Na escola, um ambiente que se espera democrático, é contraditório este

¹ Para informações complementares, consultar: Ocupação escolas. Jornal El País, Brasil. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/noticias/movimiento-ocupa-escola/1/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

² Para informações complementares, consultar: TOKARNIA, Mariana. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. Agência Brasil - EBC, Brasil, 25 out. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

processo de se candidatar e ser eleito ocorrer por indicação ou pressão de professores e de orientadores, pois a eleição também é uma dinâmica que resulta em aprendizado, representatividade, responsabilidade e que necessita de participação dos grupos de interesse.

Partindo desta premissa, no contexto do Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional, a formação integral tem como pilar superar o dualismo da formação que segrega os sujeitos para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, é uma perspectiva do trabalho como princípio educativo a partir do reconhecimento dos conhecimentos, das vivências e da valorização de espaços de participação e de deliberação dos estudantes. Como explica Ramos (2008) sobre os dois pilares conceituais de uma educação integrada:

[...] um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. [...] Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas. (Ramos, 2008, p. 03)

Os pilares abordados acima implicam uma proposta de formação integral que ressignifica a educação como formação para todas as dimensões da vida (Frigotto, 2001, 2008; Ramos, 2008) e que constrói o conhecimento de forma ativa e questionadora nas relações sociais, seja no ambiente escolar ou nas relações desiguais e exploratórias que se estabelecem fora deste contexto. Por isso, a escola precisa “construir o processo formativo no qual, ao tempo em que proporcionam acesso aos conhecimentos, contribuam para que o sujeito se insira no mundo do trabalho e também questione a lógica desse mesmo mercado” (Ramos, 2008, p. 23).

Desta forma, cabe uma análise se este fato ocorre ou não no cotidiano escolar. Assim, a pesquisa surge de alguns questionamentos e, mais especificamente: de que modo ser representantes de turma, das turmas de Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional, no âmbito do campus Tijuca II do Colégio Pedro II (CPII), pode contribuir com os aspectos que envolvem a formação integral?

Diante do exposto, é possível concluir que a temática abordada possibilita uma série de estímulos e de reflexões sobre as práticas que naturalizamos no ambiente que estamos inseridos e diversas vezes não questionamos as dinâmicas e os vínculos que as perpassam e que as definem, pois o nosso olhar está cristalizado e condicionado, não mais curioso diante de tantas demandas e prazos que nos cercam.

A pesquisa se insere na linha *Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica*, pois analisa a possibilidade de aspectos formativos do papel de representante de

turma a partir de experiências relacionadas a aprendizado dialógico, ético, político dos estudantes e de promover mobilização das dimensões da vida necessárias aos aspectos da formação integral dos estudantes. Desta forma, aproxima-se dos postulados que fazem parte das bases conceituais em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da linha 1 de pesquisa.

Em termos de organização, o texto da dissertação está estruturado em seis partes. A primeira, composta pela introdução, apresenta a justificativa da relevância do problema de pesquisa, o contexto do estudo, a questão norteadora, os objetivos a serem alcançados e a hipótese. A segunda parte é dedicada aos pressupostos teóricos discutidos em duas seções, sendo elas respectivamente, concepções sobre formação integral e concepções sobre protagonismo estudantil. A terceira parte referênciava a metodologia da pesquisa e, em seguida, na penúltima parte, por meio da análise de conteúdo, são aprofundados os processos pedagógicos e metodológicos que norteiam o processo de eleição dos representantes de turma e as dinâmicas que envolvem, ou não, os eleitos nas esferas do colégio. Em seguida, na quinta parte, aborda-se o produto educacional e depois as considerações finais.

1.1 Justificativa

Ao longo do primeiro semestre de 2021, diversas inquietações se desdobraram em possíveis temas e problemas de pesquisa para a dissertação. Todavia, representantes de turma, formação integral e protagonismo foram os conceitos-chave para a abordagem definida. O primeiro por acaso, em um momento em que estava no *Instagram* me dedicando a acessar os perfis dos *campi* do Colégio Pedro II (CPII), a fim de encontrar um assunto que despertasse o meu interesse dentro deste contexto e, acessei a realização de uma *live* com o título “Conversa com ex-estudantes - Histórias de Representantes”³, na qual a diretora pedagógica à época do campus Tijuca II mencionou que foi representante de turma quando estudou no CPII e conversou com uma ex-aluna que também ocupou este papel. Na *live*, ambas compartilharam histórias e memórias da época de representantes de turma e expuseram como essa experiência teve um caráter formativo na vida e que contribuiu para atuação profissional. Além disso, convidaram os estudantes a participarem e se candidatarem ao processo de eleição para representante de turma que estava vigente. A partir desta *live* e dos relatos que foram feitos nela, avivou o desejo de querer explorar especificamente este grupo de estudantes -

³ Para informações complementares, consultar: Conversa com ex-estudantes - Histórias de representantes. Publicado no perfil oficial do *instagram* do Colégio Pedro II - Campus Tijuca, 09 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CNdhKn8nGW6/>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

representantes de turma - no contexto escolar e também despertou o interesse em pesquisar no campus Tijuca II se este papel pode resultar em um processo formativo dos que o ocupam na esfera da escola.

Além disso, durante os anos de 2020 e 2021, devido a pandemia do Covid-19, as pessoas tiveram que se adaptar a novos costumes aos quais não estavam habituadas, com desafios técnicos, emocionais e financeiros. Em relação ao ambiente escolar, por meio do ensino remoto, os professores tiveram que organizar virtualmente atividades e relações até então presenciais, sejam as de cunho curricular como as afetivas. A necessidade de buscar formas que promovessem a comunicação entre discentes e espaços deliberativos se tornou urgente neste novo cenário. Portanto, o papel do representante de turma e suas demandas nessa esfera pode ser pensado como um caminho para esse contato. Todavia, é comum escutarmos por parte dos docentes e dos coordenadores relatos sobre a dificuldade de conseguir representantes estudantis, pois assumir esse papel social pode ser cercado de insegurança e de medos.

Cabe ressaltar aqui a perspectiva do meu lugar de fala, eu não fui representante de turma ao longo da minha vida enquanto estudante secundarista, mas tenho memórias dessa época e atualmente estou professora de Sociologia na rede estadual fluminense e a pesquisa sistematiza algumas reflexões resultantes de estudos que desenvolvi ao longo da minha formação e na atuação como professora. Essas vivências possibilitaram presenciar relações de submissão de representantes de turma à equipe diretiva das escolas, desempenhando um papel passivo, pois em determinadas situações ao invés de problematizarem algumas normas impostas, aceitavam-as sem questionamento. Todavia, este é um posicionamento que pode ocorrer devido ao fato de não encontrarem uma perspectiva dialógica para refletirem sobre as problemáticas e as demandas dos seus pares e não conhecerem as possibilidades de intervenção ao ocuparem este papel no ambiente escolar, perpetuando as relações de hierarquia no funcionamento das relações escolares. Como exemplo, podemos pensar nas normas impostas aos estudantes, que resultam de uma lógica de manutenção de instrumentos de controle e de homogeneização, pois regulam e controlam as condutas, utilizando-se de formas de silenciamento dos modos de (re)existência nesse espaço.

Deste modo, a possibilidade de analisar o papel representante de turma sob um novo olhar, como um papel formativo em que pode ocorrer o estranhamento e a desnaturalização - dois princípios epistemológicos da Sociologia⁴ - das práticas e das relações que se desenvolvem

⁴ Para informações complementares, consultar: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio; volume 3: Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2006.

e estruturam o contexto escolar também motivou o foco neste grupo como principal amostra. Portanto, estas justificativas pessoais, resultam na primeira razão de escolha desta pesquisa.

A segunda, que convém pontuar, é uma justificativa acadêmica sobre o eixo norteador da pesquisa: o fato de que na fase exploratória da pesquisa, não foram encontradas publicações que tenham investigado especificamente o recorte aqui proposto. Quando se refere às organizações e às representações dos estudantes na Educação Básica, a maioria das produções foca em estratégias pedagógicas relacionadas ao ensino-aprendizagem, nos grêmios ou outros coletivos e, naquele momento, não encontrei constituídas na área de EPT tendo como objeto de estudo os representantes de turma no Ensino Médio integrado. Diante disso, esse trabalho parte desta lacuna que envolve esse grupo de estudantes.

A terceira justificativa, para definir uma abordagem dentro das bases em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é o fato do conceito “formação integral” ter-se expandido nas conversas docentes e nos documentos orientadores nacionais na área da Educação, principalmente com a reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017a) em que alinha na BNCC - Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) um compromisso em assegurar uma formação humana integral ao mesmo tempo em que usa termos como competências, projetos de vida, preparação básica para o trabalho, aprimoramento do educando como pessoa humana como um desafio e preconiza itinerários formativos.

Sendo assim, proponho uma análise sobre formação integral a partir da importância da organização e do reconhecimento dos estudantes em prol de propiciar um processo de formação que reconheça e valorize as perspectivas desse grupo. E no contexto do Ensino Médio integrado à educação profissional, existem bases conceituais e modos de socialização que podem provocar reflexões que pressupõem uma educação que tenha na formação integral o trabalho como princípio educativo (Frigotto, 2001; Ramos, 2008) e que se opõe à mera formação para atender os interesses do mercado de trabalho. O que gerou o meu interesse em compreender como isso se estabelece no cotidiano do ambiente escolar e em identificar o que se tem construído no campo de estudo sobre este conceito.

Além da formação integral, o protagonismo do estudante é um conceito que terá centralidade no presente trabalho de acordo com a hipótese proposta. Desde a universidade, tive a percepção a partir da minha experiência enquanto licencianda, que nas disciplinas de formação em Licenciatura, o protagonismo do estudante não é experienciado no dia a dia. A escola tem que ter espaços que garantam esse exercício cotidianamente, não só em eleições para representantes.

Nas normativas como a BNCC (Brasil, 2018), por exemplo, o termo também aparece como um elemento central. Sendo assim, ao olhar para a etapa do Ensino Médio, por mais que aqui a intenção não seja reduzir a uma lógica de operacionalização, o fato de usarem o termo protagonismo sem definição sobre a concepção adotada e também sem maiores explicações de modos como ocorre, avivou a curiosidade epistemológica sobre como o protagonismo dos estudantes pode ser praticado no espaço escolar. O fato de ser representante de turma pode impactar na formação humana integral e a construção do protagonismo do estudante é uma das potencialidades? Tendo em vista que a escola é um espaço que, em diversos momentos, naturaliza e reproduz hierarquias que se dão nos contextos sociais e estruturam as dinâmicas escolares.

Diante do exposto, a abordagem aqui proposta pode interessar as pesquisas na área de formação estudantil a partir dos representantes de turmas, pelo fato de ser uma análise em que não reduz a importância desta organização estudantil e não compreende-os como auxiliares, fofoqueiros, naturalizando como sujeitos passivos e que seguem orientações prescritivas da equipe gestora e pedagógica (Belisário, 2017), mas problematizando as esferas de contribuição e os vínculos que se constroem dentro deste contexto e que podem resultar em uma prática formativa com deliberações nos diferentes espaços do cotidiano escolar.

A contribuição social desta pesquisa para o debate sobre formação integral e protagonismo na perspectiva educacional é a possibilidade de uma perspectiva de análise se (e de que modo) o papel como representante de turma pode promover aspectos do processo de formação integral dos estudantes envolvidos, potencializada por meio da construção do protagonismo destes.

1.2 Contexto do estudo

No que concerne à definição do local de pesquisa, o Colégio Pedro II surge como interesse por ser um colégio no ensino público, que desde a sanção da lei federal 12.677/12 foi incluído na Rede Federal de Educação, Científica, Profissional e Tecnológica e, que desempenha um papel importante na minha trajetória profissional por meio dos programas de formação continuada.

No ano de 2016, recém graduada, ingressei no Programa de Residência Docente (PRD) do CPEI, no qual obtive experiências e orientações com outros profissionais da educação, além de conhecer, como professora residente, os espaços e algumas dinâmicas desta instituição. E em 2021, retornei como mestranda do ProfEPT para mais uma etapa na minha formação

profissional. Além da importância citada acima, a rede de ensino em que atuo como professora não possui o Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional e tecnológica e, com isso, inviabilizaria a minha pesquisa.

Ademais, em sua trajetória, o Colégio Pedro II propôs-se a desenvolver um código de ética discente com participação dos estudantes, na busca de uma representação. A versão de 1989 do documento foi reformulada após um ciclo de debates e finalizado no ano de 2017⁵, e, por sua vez, o novo modelo menciona que englobou contribuições dos discentes a fim de garantir a escuta e a participação deles nesse processo. Todavia, o quantitativo de estudantes que participaram não abarca a amplitude do CP2, pois participaram da comissão de reformulação apenas dois estudantes de cada *campus*.

O documento estabelece, entre outros objetivos, as normativas sobre direitos e deveres do corpo discente na instituição de ensino e subdivide-se em capítulos. Em uma breve comparação entre as versões do Código de Ética discente disponibilizadas no site oficial do Colégio Pedro II, o recorte, para o presente trabalho, recai sobre as partes em que menciona o representante de turma.

No documento de 1989 (Colégio Pedro II, 1989), no capítulo IV, dos direitos dos alunos do CP2, no inciso I menciona o direito do aluno a votar e ser votado para eventos previstos, depois no capítulo VI das infrações e sanções, no artigo 6 §3º aborda que para determinadas sanções, o representante de turma também deve ser chamado para esclarecimentos e já no capítulo VIII descreve as sanções que podem ser aplicadas aos representantes de turma diante de algumas infrações citadas. No capítulo VII do presente documento, em que consta sobre a estrutura, funcionamento e membros de conselho, inclui-se no artigo 7 o conselho de turma, composto por dois representantes por turma, escolhidos com voto secreto. No artigo seguinte, registra a questão de reuniões dos representantes com o SOE (Setor de Organização Escolar), diretor da unidade escolar e com os professores. Por fim, no artigo 9 do documento de 1989, informa as competências que os estudantes eleitos devem cumprir (Figura 01).

⁵Para informações complementares, consultar: COLÉGIO PEDRO II. Novo Código de Ética Discente é reformulado com participação estudantil. Assessoria de Comunicação Social, 06 jun. 2017 Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/223-noticiaas2017/6369-novo-c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-discente-%C3%A9-reformulado-com-participa%C3%A7%C3%A3o-estudantil.html>. Acesso em: Junho, 2021.

Figura 01 - Competências do Conselho de turma	
<p>a) usar uma identificação indicativa da investidura;</p> <p>b) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e observar os preceitos que norteiam a vida disciplinar do CPII;</p> <p>c) manter contato em nome da turma com as autoridades e o corpo docente do CPII;</p> <p>d) representar a turma no Conselho Geral de Representantes e junto aos órgãos administrativos do CPII;</p> <p>e) entrar em contato com o serviço de Orientação Educacional, buscando auxílio e orientação para os colegas que estejam sofrendo constrangimento moral ou físico, no CPII ou fora dele;</p>	<p>f) comunicar ao Coordenador de Turma as ocorrências ou irregularidades que se passam em sua turma, especialmente no que se refere aos relacionamentos professor-aluno e aluno-servidores do CPII, para que sejam tomadas as providências necessárias;</p> <p>g) colaborar para que os trabalhos escolares se processem com lisura, honestidade, independentemente da presença do professor ou do inspetor;</p> <p>h) estimular os elementos da turma, na medida do possível, a manter um bom relacionamento dentro e fora da sala de aula.</p>

Fonte: Colégio Pedro II, 1989. Código de Ética discente do Colégio Pedro II.

Como analisado acima, o documento de 1989 declara o direito à eleição de representante de turma, mas não possui orientações sobre como se dá o processo de eleição para este papel. A versão reformulada do Código de Ética discente, em vigor desde 2017 (Colégio Pedro II, 2017), possui menos registros sobre a metodologia que resulta neste direito dos estudantes. Nesta última, no capítulo IV, dos direitos dos/as estudantes do Colégio Pedro II, no artigo 4 inciso XXIV aponta o direito do/a estudante votar e ser votado para cargos representativos e eventos previstos e, na alínea *a*, consta representante de turma. No artigo 6, sobre os deveres do/a estudante, inciso XXI consta que os demais estudantes devem prestar apoio aos/às colegas investidos em funções de representação previstas.

Durante a fase exploratória da pesquisa, a ausência de informações e de normativas sobre o processo de eleição dos representantes de turma, considerando que é um mecanismo presente no Colégio Pedro II pelo menos desde 1989, despertou o interesse de compreender como se dá no cotidiano escolar a organização, a votação e a divulgação dos resultados para os representantes de turma e após eleitos quais são as esferas de atuação e deliberação. Será que há algum documento que prescreve como deve ocorrer a eleição para representante de turma em todos os *campi* ou cada unidade tem autonomia sobre esse processo? Sendo o representante de turma um papel na trajetória escolar, quais são as possíveis contribuições de tal processo na formação dos estudantes eleitos?

Na pesquisa realizada inicialmente por meio dos sites oficiais do CPII e seus respectivos *campi*, na busca de uma perspectiva estrutural antes de abordar as questões que me proponho no presente projeto que se refere ao campus Tijuca II, não obtive dados que respondam tais indagações. Apesar do objetivo não ser uma pesquisa comparativa sobre a eleição dos representantes de turma entre os *campi* do CPII, o que a pesquisa inicial possibilitou perceber é o fato da eleição para representante de turma não ser padronizada e ocorrer, em muitas unidades, anualmente e ser um mecanismo existente dentro da dinâmica escolar que estabelece relações com a equipe pedagógica com respeito às singularidades de cada etapa e modalidades de ensino da Educação Básica.

1.3 Questão norteadora

De que modo o papel como representante de turma, das turmas de Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional, no âmbito do campus Tijuca II do Colégio Pedro II (CPII), pode contribuir com os aspectos que envolvem a formação integral?

O objetivo da pesquisa é uma perspectiva a partir dos representantes de turma, pois, infelizmente, não há tempo hábil em um mestrado para abarcar uma amostra maior que inclua os representados.

1.4 Objetivo geral

A presente pesquisa trata-se de uma reflexão com o objetivo de analisar se as práticas e as estruturas que perpassam os representantes de turma no cotidiano escolar contribuem com aspectos que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho desses estudantes do EMI.

1.5 Objetivos específicos

- a) Compreender os conceitos formação integral e protagonismo, em seguida, analisar se há conexões entre eles;
- b) Identificar fatores e características, pedagógicos e metodológicos, que norteiam o processo de eleição dos representantes de turma, devido a importância, para esta pesquisa, desse mecanismo como possível processo de formação dos estudantes;
- c) Analisar os espaços de contribuição no cotidiano escolar após eleitos e como os representantes de turma dialogam e se intervêm nestas esferas;

- d) Identificar as demandas do cotidiano escolar dos representantes de turma, os processos sociais e escolares que os perpassam e de que modo mobilizam e recebem orientações das instâncias deliberativas e pedagógicas para interlocução sobre essas questões;
- e) A partir dos documentos encontrados e dos relatos, analisar as possíveis relações entre representante de turma, proposta de educação que vise a formação integral e protagonismo dos estudantes envolvidos e,
- f) Contribuir com a elaboração do produto final, construído a partir da análise dos dados coletados, que auxilie os futuros representantes de turma no cotidiano escolar.

1.6 Hipótese

A hipótese de pesquisa pressupõe que os estudantes no papel de representantes de turma acessam a equipe pedagógica e constroem vínculos para as demandas que surgem junto aos estudantes que representam e contribuem e deliberam em questões referentes ao cotidiano escolar. Esta postura se caracteriza e se torna uma prática pedagógica de formação, potencializada pelo protagonismo dos representantes, no espaço educativo voltado para as dimensões de uma formação integral.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FORMAÇÃO INTEGRAL E PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Aqui, apresento quais são os pressupostos teóricos elencados para a temática do presente trabalho sobre os termos formação integral e protagonismo estudantil. Portanto, nesta seção abordo uma breve revisão bibliográfica sobre os principais conceitos e respectivos teóricos que optei por adotar neste trabalho.

2.1 Concepções sobre formação integral

Nas reformas e normativas no campo da Educação brasileira nos últimos anos (Brasil, 2017a; 2018), expressões como competências específicas, habilidades, formação técnica e profissional têm sido efetivadas junto com termos como educação integral, formação integral na abordagem sobre ensino médio e direcionamentos para a educação profissional. No texto *Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?*, Frigotto e Ciavatta (2006) ressaltam que os conceitos não são inocentes, possuem interesses vinculados a determinadas classes, resultam de ideologias. E, por isso, devemos adotar postura de vigilância crítica para perceber palavras que são afirmadas enquanto outras são silenciadas, desvendar conceitos e perceber os interesses articulados, principalmente em períodos históricos de disputa em que detentores de capital manipulam e deturpam conceitos, apropriam-se de termos tendo o mercado como parâmetro em todas as esferas. Sendo assim, no primeiro momento, analisaremos as concepções e as perspectivas de efetivação da formação integral e a relação desta formação com o ensino geral e a educação profissional na etapa do ensino médio.

O termo *integrado*, segundo o dicionário Michaelis⁶, é um adjetivo que vem do latim *integratus* e significa que se integrou, que foi assimilado. A origem da educação integral, segundo Ciavatta ao analisar a historicidade do conceito, está na educação “que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (Ciavatta, 2005, p. 03), possibilitar uma formação completa e para todos era o que queriam os utopistas do Renascimento e os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, ou seja, a educação não ser reservada apenas aos membros da elite, mas também para os produtores.

No Brasil, a abordagem sobre formação integral na educação profissional técnica de nível médio origina-se com o decreto nº 5.154 (Brasil, 2004), que regulamenta dispositivos da LDB (Brasil, 1996) no tocante a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como modalidade

⁶ Dicionário Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=2adLA>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

de ensino e estabelece a possibilidade de dar-se de forma integrada o ensino médio com a educação profissional, ou seja, planejada de modo que a habilitação profissional ocorra concomitante com o ensino regular. O termo *integrado* foi incorporado à legislação como uma das formas pela qual o ensino médio e a educação profissional podem se articular, isso baseia-se no enunciado do artigo 36-A e do parágrafo nº. 2 do artigo 36-B da LDB⁷, na seção que aborda a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

No contexto histórico do Brasil, no campo da educação profissional de nível médio, o tema da formação integral coloca em debate o dualismo estrutural na esfera educacional, em que existe uma concepção de divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, formação específica e formação geral, formação básica e formação profissional. Nesta segregação, inerente ao modo de produção capitalista em que há divisão de classes sociais, estabelece uma relação entre educação e trabalho. Sendo assim, a educação voltada para o campo intelectual seria direcionada para os membros do grupo dominante, os “filhos da “elite”” atuarem como dirigentes e a formação específica para os filhos da classe trabalhadora para formar uma mão-de-obra qualificada, ou seja, relega às atividades precarizadas jovens e adultos trabalhadores.

Ciavatta (2005; 2014), ao analisar a expressão, menciona que a concepção da formação integral no Brasil, significa mais do que articulação entre ensino médio e educação profissional, se relaciona com a luta pela superação desse dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira diante das desigualdades socioeconômicas e educacionais. Deste modo, os autores que fundamentaram a pesquisa dialogam no sentido de que a formação integral objetiva superar esse dualismo e promover experiências educacionais que possibilitem compreender as contradições e confrontá-las visando a transformação, não adotar postura de subordinação. Ciavatta (2005, p. 02) argumenta:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos [...].

⁷ Na LDB (Brasil, 1996), o artigo 36-B sobre a forma como educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida aparecem os termos articulada e subsequente, já no artigo 36-C sobre a forma como será desenvolvida a articulada (36-B), aparece os termos integrada e concomitante.

A disputa é por um projeto de Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional que compreenda a concepção do trabalho como princípio educativo e o desafio do processo de formação com foco em todas as dimensões fundamentais da vida humana - trabalho, ciência e cultura (Frigotto, 2001, 2008; Ramos, 2008), isto é, a ciência compreendida como os conhecimentos socialmente produzidos, sistematizados e legitimados ao longo da história, mas que podem ser questionados e superados historicamente; a cultura como as diferentes formas de criação, valores que orientam as ações e os pensamentos de uma sociedade. E, na sua organização, destaca-se a proposta de uma formação com o trabalho no seu sentido duplo: ontológico e histórico. Assim, o trabalho é princípio educativo no ensino médio no sentido ontológico, quando possibilita a compreensão de que é inerente ao ser humano e no sentido histórico está associado como exercício produtivo e a existência sob o capitalismo. Como compreende Ramos (2008, p.8), em ambos os sentidos o trabalho

[...] é princípio e organiza a base unitária do ensino médio por ser condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive. É princípio educativo, ainda, porque leva os estudantes a compreenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros.

O trabalho, portanto, como princípio educativo é a percepção de que é por meio do trabalho a forma como nos constituímos como ser humano. A compreensão de que a primeira forma que temos de sobreviver é através do trabalho - ação sob a natureza para conseguir os meios de manter-nos vivos -, construir as formas de ser e sobreviver, produzir conhecimentos e os entendimentos que se tem do mundo. No EMI à educação profissional, como princípio educativo, é necessário abordar a potência que no mundo do trabalho tem de ressignificação e de resistência para enfrentar a imprevisibilidade e ter consciência das dimensões sociais que estão associadas à profissão que desenvolverá e a realidade em que vive.

No contexto das bases conceituais da educação profissional e tecnológica é abordada também a concepção de preparar para o mundo do trabalho em detrimento da centralização de atender aos interesses do mercado de trabalho e reproduzir as desigualdades e a exploração entre as classes e os projetos neoliberais⁸. Segundo Ciavatta e Ramos (2012, p. 32), “mundo ou mundos do trabalho, ideia aparentemente vaga, tem seu uso definido em referência ao trabalho em geral e às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, à sua cultura, ao seu pertencimento à classe trabalhadora, à história da classe operária”.

⁸ Para informações complementares, consultar: APPLE, Michael. Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

Neste debate, o projeto educacional que vincula a educação profissional como inferior, para subordinados, com uma perspectiva de adestramento, acomodação, competitividade (Frigotto, 2001) deve ser revista para um entendimento da proposta relacionada ao mundo do trabalho, que considera a totalidade da realidade material e social em que está inserido o ser humano. Sendo assim, “formação para o mundo do trabalho [...] não a atividade laboral no sentido estrito mas, também, as condições de vida do trabalhador, com os seus vínculos políticos e culturais” (Ciavatta, 2005, p. 5).

O trabalho não é sinônimo de emprego, o mundo do trabalho é diferente do mercado de trabalho. De acordo com Ciavatta e Ramos (2012), o discurso centrado no mercado de trabalho prioriza os aspectos econômicos, logo, podemos compreender como renúncia às estruturas culturais, ideológicas e identitárias na busca de uma vaga em postos de trabalho assalariados. Sendo assim, abandona aquilo que interessa ao mercado que abandone para o exercício de um trabalho que aliena e explora, assumindo uma perspectiva de trabalho de acordo com as condições advindas da estrutura capitalista.

Diante disso, apesar da importância dada pelo ideário de uma preocupação com a questão econômica de estudantes filhos da classe trabalhadora e, por isso, uma formação perante a necessidade de inserção no mercado do trabalho - o que não é uma garantia⁹ - por questões de sobrevivência, o que considero aqui é uma proposta da construção de conhecimentos que perpassam a formação dos representantes de turma no EMI que não foque como mais importante a empregabilidade como necessidade, mas como travessia¹⁰ em busca de um horizonte em que a formação integral se concretize de forma universal. Uma proposta que enfatiza a indissociabilidade, com a finalidade central no desenvolvimento da pessoa humana/estudante com suas potencialidades, singularidades, interesses e necessidades individuais e coletivas, “[...] cujo projeto de vida se constrói pelas múltiplas relações sociais, na perspectiva da emancipação humana, que só pode ocorrer à medida que os projetos

⁹ Segundo Frigotto (2001) a educação profissional não é política de geração de emprego ou preventiva de desemprego.

¹⁰ Como afirma Ramos, 2008, p. 13: “[...] a profissionalização de jovens é tanto uma necessidade quanto uma possibilidade para que o enfrentamento das adversidades econômicas seja feita mediante uma referência identitária relevante para os sujeitos, qual seja, a de ser profissional de uma área. Não obstante, o que perseguimos não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui. Por isto, é também uma obrigação ética e política, garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Entendemos que o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade”.

individuais entram em coerência com um projeto social coletivamente construído” (Ramos, 2008, p. 5).

Ao conceito de integração, ao abordar a relação entre ensino médio e educação profissional, Ramos (2008) propõe três sentidos: 1) a formação omnilateral: que possibilite a formação de todas as dimensões da vida - trabalho, ciência e cultura; 2) a indissociabilidade entre os conhecimentos da educação profissional e da educação básica: as possibilidades para jovens e adultos de inserção na vida produtiva e social de forma emancipadora e digna e; 3) a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade ao longo da formação: totalidade curricular que permita fazer relações entre os fenômenos técnicos/profissionalizantes e da realidade em que estão inseridos. Deste modo,

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo. [...] equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. [...] Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (Ramos, 2008, p. 04-05)

Sendo assim, uma proposta de formação integrada, é no sentido de promover a articulação dos conhecimentos da educação geral e da profissional sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura, associados a apropriação dos conhecimentos e das vivências dos contextos em que estão inseridos. E pode ser analisada como emancipatória de modo a problematizar as relações existentes e construir novos entendimentos nos espaços que estão ali para serem disputados. Este fato, remete às ideias de Freire, na obra *Educação como prática da liberdade*, em que menciona que “o homem integrado é o homem sujeito” (1967, p. 42), tendo a educação uma função política e social para libertação, possibilitada por meio do estudo, do aprendizado, da ação para transformação.

No texto *Concepção do Ensino Médio Integrado*, Marise Ramos aborda duas dimensões do direito ao conhecimento como princípio do Ensino Médio integrado: a compreensão da realidade e a instrumentalização do trabalhador,

Instrumentalização não no sentido pragmático, mas no sentido de produzir condições subjetivas e coletivas para lutar pela reconfiguração das relações de trabalho e das relações sociais dentro da ordem e contra ordem capitalista. Isto implica ter conhecimentos que configurem identidades sociais mediadas pelo trabalho. O ensino médio puro não configura identidades dos sujeitos que precisam urgentemente se inserir na vida produtiva. Esses sujeitos conseguiriam emprego? Isto não está dado, pois a educação não garante o emprego. Mas falamos em lutar ativamente, municiado de conhecimentos, de

categorias que levem à compreensão da realidade social e a meios de ação profissional. Uma formação genérica que não tem significado concreto para os sujeitos é uma formação que os coloca na lógica subordinada. (Ramos, 2008, p. 22).

No que tange ao papel pedagógico da escola como espaço de construção de identidades sociais, no âmbito do Ensino Médio integrado à educação profissional, é necessário refletir sobre o respeito a diversidade dos aspectos das juventudes, aos modos de vida, aos conhecimentos que produzem, pois contribui “para a construção de uma identidade singular e, ao mesmo tempo, coletiva, como pertencimento a um tempo, a um grupo com as marcas desse tempo” (Ciavatta, 2005, p. 11).

Deste modo, Ciavatta (2005) aborda a escola e o trabalho como instrumento de construção das identidades, pois a maneira como se dá a formação escolar e como se conecta com o mundo está associada à maneira que estabelece relações no trabalho. A escola e o trabalho exerceriam um caráter formativo, pois influenciam na prática social e a sensação de pertencimento ou não aos espaços e a forma como se relaciona são oriundos dos entendimentos que estão postos e das dinâmicas que são construídas socialmente.

No contexto escolar, o modo como os conhecimentos são elencados e o dualismo educacional, podem ser consideradas formas de delimitar as ações dos estudantes e interferir na forma da circulação nos espaços da escola e da vida social. Deste modo, ao invés de construir um caráter participativo, pode privar as possibilidades de criarem significados e ocuparem os espaços. Nesta medida, pode-se interpretar que o conhecimento meramente instrumental pode fazer com que a escola perca sua função referencial na vida dos alunos e funcione como uma instituição que apenas confere aos estudantes um diploma, tal como uma concepção bancária e utilitarista da educação. Assim, é possível pensar que há necessidade de educar os estudantes como produtores de sentidos e de conhecimentos, e não visar à mera transmissão passiva de conteúdos técnicos e gerais, mas que se ocupem do caráter formativo e integrador para que sejam apropriados em sua totalidade, retomando, como afirma Dayrell (1996, p.136) “o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição”.

Diante do exposto, nota-se que é necessário considerar a formação integral e aliar a construção coletiva do conhecimento com aquilo que diz respeito às singularidades e às experiências dos alunos, à diversidade de interesses e vivências, pois o importante na escola não são apenas os conteúdos, mas também os vínculos e as identidades que se constroem e que podem contribuir para a formação humana. Neste aspecto, é importante entender estes alunos como sujeitos sócio-culturais, de modo que na visão de Dayrell (1996), para reconhecer a

diversidade dos sujeitos é necessário considerar as experiências vividas por estes em múltiplos espaços. Todavia, algumas experiências e expectativas são comuns à maioria dos jovens.

Assim sendo, o autor destaca dentre os dilemas vivenciados pela categoria juventude, como sujeito social, os modos de ser sob duas perspectivas: a) os modelos socialmente construídos atribuindo uma visão negativa e b) os processos de construção da diversidade. Dayrell (2003) assinala que no que tange a visão negativa, existe uma visão de distanciamento da família e de transitoriedade, entendida como tempo de moratória - de liberdade e experimentações.

Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro (Dayrell, 2003, p. 41).

Já a segunda perspectiva se concretiza por meio das condições sociais - sujeito concreto, das condições culturais - ser singular e, do meio social e interações que estabelece - ser ativo. Segundo o autor, a juventude não é uma fase romântica, é um momento “de dificuldades concretas de sobrevivência, de tensões com as instituições, como no caso do trabalho e da escola” (Dayrell, 2003, p. 50). Diante desta afirmação, menciona o trabalho entendido como um espaço impermeável às necessidades dos jovens em relação às perspectivas para ampliar suas potencialidades e que também existe um distanciamento da escola em relação às suas demandas e os seus interesses.

Mediante tais obstáculos, observa-se que a proposta de uma formação integral se torna complexa e exige reconhecer as especificidades dos estudantes e construir formas para desenvolver a formação nesta realidade heterogênea que atenda os diferentes modos de vida, fazendo com que os conhecimentos sejam contextualizados e, assim, adquiram sentido em relação às experiências dos alunos, pois sempre buscamos dar sentido a elas. Diante desses sujeitos singulares que lutam por direitos universais e conhecimentos construídos socialmente, que são direitos de todos, é necessário pensar no projeto de ensino médio que supere o dualismo da formação; que seja unitário nos princípios e nos objetivos e múltiplo nas possibilidades formativas. Ramos (2008, p. 6) afirma: “É uma utopia a ser construída coletivamente”.

Com base no exposto sobre a compreensão do EMI à educação profissional, o que podemos fazer, coletivamente, em busca da formação integral que no momento é uma utopia? Quais práticas que perpassam os representantes de turma no cotidiano escolar podem construir potencialidades que nos direcionem a aspectos desse caminho formativo? Será que é possível, dentro do contexto desigual brasileiro, dar passos rumo à aspectos da formação integral por

meio do EMI à educação profissional? Finalizo esta seção com um trecho do texto de Frigotto, *Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora*, onde aborda a necessidade da utopia para construção da concepção de EPT:

Na tarefa de construirmos uma alternativa societária, torna-se imperativo uma boa dose de utopia, pois sem esta não há educação, nem futuro humano. A utopia é uma tensão permanente daquilo que é posto como medida final, como imutável. É para isso que serve a utopia. A utopia é que nos ajuda a afirmar os princípios da igualdade, solidariedade e a generosidade humana. (Frigotto, 2001, p. 84)

Este papel utópico da educação em EPT, é uma abordagem daquilo que talvez não possa ser alcançado integralmente neste momento, mas pode guiar a sociedade para caminhos na busca de mudanças que tornará possível.

Por fim, diante das considerações expostas, compreende-se a formação integrada no EMI à educação profissional como um dos pressupostos¹¹ para romper a concepção da redução da educação, nesse contexto, aos mecanismos de adaptação ao mercado de trabalho e ao aspecto operacional, sem ser alheia às necessidades de sobrevivência e, implantar uma formação humana que habilite para a autonomia diante das múltiplas dimensões - econômica, social, política, cultural, ambiental, técnica - da realidade cotidiana e seus impactos. Não é formar para gerir apenas processos de produção, é para ser questionador dessa lógica de mercado que submete, muitas vezes, a educação profissional a aspectos operacionais e ser capaz de fazer a gestão de si diante da compreensão da totalidade no qual estão inseridos. Esses aspectos que envolvem a formação integral podem ser subsídios para analisar essa perspectiva formativa a partir dos representantes de turma nas turmas do EMI à educação profissional.

¹¹ Ciavatta (2005) apresenta pressupostos para educação profissional como formação integrada e humanizadora: a) projeto social que rompa concepção reducionista de preparação para o mercado de trabalho, sem ser alheio às necessidades de sobrevivência/meios de vida/ necessidades materiais; b) superar o dualismo e manter na lei a articulação entre a formação geral e a formação profissional; c) possibilitar experiências de formação integrada (social e laboral) na escola por meio da sistematização que articule o geral e o específico (ex.: visitas, estágios); d) diálogo e conscientização com alunos e suas famílias sobre expectativas e formas de alcançá-las; e) experiência democrática representativa que possibilite os alunos captar o mundo além dos limites institucionais da escola, assim apropriação da teoria e da prática e a atuação sob a natureza tornam o trabalho atividade criadora de conhecimento (trabalho se torna princípio educativo onde os estudantes “ganham autonomia face ao mundo trabalho”); f) garantia de investimentos na Educação e distribuição de recursos para implementação da formação integrada (Decreto 5.154/2004 apenas estimula).

2.2 Concepções sobre Protagonismo Estudantil

O conceito ‘protagonismo’ é multifacetado no campo educativo e, segundo Ferretti *et al* (2004) em diversos estudos não há distinção conceitual entre “participação” e “protagonismo”, pois “[...] um autor pode-se referir a “protagonismo” em contextos em que outro falaria de “participação”, e vice-versa, havendo, ainda, casos em que as duas expressões são usadas como sinônimos” (Ferretti, 2004, p. 413).

Na tese *Protagonismo juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude*, ao analisar a origem do termo Stamato explica que:

[...] a palavra protagonista deriva do termo francês *protagoniste*, que, por sua vez, deriva do grego *prōtagōnistēs*, e que significa aquele que “combate na primeira fila; que ocupa o primeiro lugar; personagem principal” (MACHADO, 1990, p. 447). Em francês, o vocábulo foi documentado no século XIX, em italiano, no século XVIII e em inglês, na segunda metade do século XVII (CUNHA, 1996, p. 641). Em português, seu primeiro registro data de 1858 (HOUAISS e VILLAR, 2001). Já a forma protagonista foi registrada em língua portuguesa em 1615 e parece ter sido formada com os vocábulos gregos *prōtos* (primeiro, principal) e *agōnistēs* (lutador, competidor). Conforme Houaiss e Villar (2001), o termo grego *agōnīdzomai* significa “concorrer em jogos públicos, lutar, disputar o prêmio; combater” e deriva de *agōn,ōnos* ou “assembléia, reunião, assembléia para os jogos públicos; jogo, concurso, luta, combate; ação militar, batalha; luta judiciária, processo” (p. 2316). O vocábulo *agōnía* refere-se à “luta nos jogos públicos; luta em geral” (Houaiss; Villar, 2001, p. 2316). (Souza *apud* Stamato, 2008, p. 58)

Com base na etimologia da palavra, acredito que vale o esforço de substituir os lutadores pelos estudantes e estes terem uma posição de destaque ao questionar, contribuir e transformar os processos no espaço público, que é a escola, de acordo com os interesses e integração a seus pares, pensando assim em um protagonismo que se constrói no coletivo.

Alguns dos principais documentos oficiais da Educação, como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) ou a resolução nº 1 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021), inserem o protagonismo como princípio. E, após a reforma do Ensino Médio, os debates sobre esse conceito vem ganhando espaço alinhados à BNCC, onde na etapa do Ensino Médio, o discurso sobre protagonismo aparece como elemento central e permeia todo o documento junto com outros termos como flexibilidade, projeto de vida, autonomia, resiliência. Entretanto, a definição adotada não fica explícita para aqueles com pouco domínio sobre os conceitos, o que nos leva ao hibridismo conceitual. Conforme Frigotto e Ciavatta (2006) argumentam, sobre o caráter híbrido de alguns conceitos é necessário adotar a postura de vigilância para desvendar o sentido e o significado.

Deste modo, em um breve olhar, exercitando a vigilância crítica mencionada pelos autores acima, é possível compreender que o termo pode ter um sentido subversivo de transferir para o estudante a responsabilidade pela transformação ou superação de algum obstáculo de forma individual, o que se aproxima do discurso neoliberal de meritocracia e resiliência, culpando a pessoa como a única responsável pela sua condição, desconsiderando fatores históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos.

Em relação ao protagonismo, aqui compreendo que não há protagonismo dos representantes de turma se o processo se origina de regras já impostas e sem diálogo, sem intencionalidade para que o protagonismo se efetive no cotidiano escolar. Simplesmente reproduzir falas e solicitações do pedagógico, professores, orientadores não é protagonismo. Nesse sentido, o protagonismo só é possível quando há uma dinâmica que não reforça uma lógica de controle, homogeneização das demandas e dos estudantes, disciplina e punição, pois estas não geram reflexões e diálogo, mas sim violências que controlam as ações, silenciam e não promovem o protagonismo.

Ferretti *et al* (2004, p. 422) no artigo *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*, apresentam uma revisão de literatura e neste sentido afirmam que:

Caberá aos professores, pesquisadores e especialistas o trabalho constante de desbastar os sutis vieses ideológicos desse “inferno semântico” de que nos fala Veríssimo (apud Frigotto, Ciavatta, 2002), de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica.

Na estrutura que compõe esse conceito, pode o protagonismo ser tratado como ação, sendo enfatizado o resultado individual e não o processo constante de construção. Sendo assim, existem diferentes referenciais teóricos, ideológicos, políticos sobre protagonismo juvenil/estudantil e que o associa a outras categorias e não deixa clara a metodologia para se concretizar, mesmo que aqui não tenha interesse de reduzir a questões operacionais é necessário contextualização do termo. Como afirma Stamato (2008, p. 69):

[...] não adianta apenas incluir o termo no texto da lei, é preciso deixar claro de qual protagonismo se está falando (concepção teórica), e o que fazer para que ele saia da teorização e se torne realidade no interior da dinâmica pedagógica (referencial metodológico).

Diante deste cenário, é importante esclarecer qual a abordagem que será escolhida para esse trabalho. O que defendo aqui não é um protagonismo onde o representante seja objeto, ajudante ou informante perante as hierarquias institucionais, mas a perspectiva do protagonismo que é construído para contribuição e questionamentos dos processos decisórios e para

proposições constitutivas deste contexto. A partir de determinadas situações e questões relevantes para os representados, pensar coletivamente nos impactos para a turma e em uma proposta a fim de um consenso, respeitando as diferenças e/ou reivindicações, exercendo um papel importante de integração na escola.

No ambiente escolar, com a escuta e o diálogo com os seus pares e os profissionais da instituição, que os representantes de turma encontrem estruturas que sejam travessias para que exerçam o seu papel e, ao mesmo tempo, possibilitem a (trans)formação individual e das relações que se constroem neste contexto. Afinal, é na “dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela” (Freire, 1996, p. 67). Aqui, a busca é pela percepção do processo escolar como um projeto de formação que pode dar novo sentido às relações que se desenvolvem nesse contexto.

3 METODOLOGIA

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados ao longo da pesquisa. O delineamento metodológico tem como objetivo apresentar a sistemática utilizada para desenvolver o estudo e atender aos seus objetivos.

3.1 Caracterização do tipo e abordagem da pesquisa

No que tange às estratégias correspondentes à pesquisa, foram selecionadas como metodologia para o presente trabalho, a revisão bibliográfica sobre os conceitos e as teorias centrais, além da análise dos documentos institucionais e das entrevistas semiestruturadas. E, devido à natureza das questões pesquisadas e tendo em vista os objetivos apresentados nesta dissertação, é considerada uma pesquisa com abordagem qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, destaco duas características importantes: a) o fato da investigação não ser neutra, pois parte da perspectiva dos participantes e b) enfatizar que todos os dados são importantes e devem ser relacionados e interpretados mediante o contexto em que estão inseridos. Segundo Alves (1991, p. 54):

Esta abordagem [qualitativa] parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

Sendo assim, uma característica importante deste tipo de abordagem é o sentido que as pessoas dão às informações e a compreensão dos significados atribuídos. Ainda nesta perspectiva de pesquisa qualitativa, caracteriza-se como estudo de caso tendo em vista que não pretende-se esgotar as possibilidades de descobertas e de análises do problema de pesquisa proposto, mas focar no entendimento dentro de um campus, diante de uma instituição tão ampla¹² e diversa como é o Colégio Pedro II. Como apontam Lüdke e André (1986, p. 17) ao abordarem o que é estudo de caso, mencionam que “o interesse incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”.

Portanto, no desenvolvimento da pesquisa aplicou-se as três fases de um estudo de caso: a) exploratória; b) sistemática em termos de coleta de dados e c) análise e interpretação dos dados, seguida da elaboração de relatório. Na primeira fase, após aprovação da realização da

¹² Para informações complementares, consultar: Sites dos *Campi*. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9002-sites-dos-campi.html>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

pesquisa pelo comitê de ética (CAAE: 58904322.3.0000.9047), foram feitos contatos iniciais na entrada no campus para apresentar a autorização de realização da pesquisa, depois localizadas as pessoas que podiam participar, indo primeiro às profissionais do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP) e com a ajuda destas identificou-se os representantes de turma e os suplentes. Em seguida, explicou-se sobre a pesquisa, foi feita a solicitação dos documentos sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma, além da pergunta sobre o interesse de participação na pesquisa por meio da entrevista. Em relação às pessoas que aceitaram participar da pesquisa, foram entregues os documentos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), onde está claro que o participante poderia retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante. Em seguida, marcou-se uma data para entrega do termo e, mediante a entrega com assinatura do assentimento e/ou consentimento, foi agendada a entrevista no próprio *campus* e realizada a coleta de dados a fim de atingir os objetivos da pesquisa. O ambiente foi decidido com ajuda dos orientadores educacionais do SOEP e/ou dos entrevistados, mas sem prestar informações para os orientadores sobre quem seria o participante do dia.

Em relação à amostra de egressos, a busca destes ocorreu *online*, com auxílio dos profissionais do SOEP e da professora orientadora. Uma vez identificados, foram contatados por mim para apresentá-los à pesquisa. Ao receber o aceite de participação e assinatura do TCLE, agendou-se a entrevista semiestruturada individual que ocorreu de modo *online*, por meio do *Google Meet*. Antes da conclusão da pesquisa, a sistematização de cada entrevista ficou disponível por meio de relatório, para o respectivo participante, a fim de verificar a acuidade (Lüdke e André, 1986).

A organização da pesquisa se deu em algumas etapas: 1) estudo bibliográfico e documental; 2) levantamento de orientadores educacionais do SOEP e chefe de setor, egressos ex-representantes de turma; atuais representantes de turma do EMI ou suplentes, em 2022, ano vigente da coleta de dados, das turmas da 2ª e 3ª série, interessados em participar da pesquisa e mediante assinatura e entrega do TALE e/ou TCLE; 3) realização das entrevistas e análise de conteúdo; 4) elaboração do produto educacional.

3.2 Local de pesquisa

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Colégio Pedro II, no campus Tijuca II, fundado em 1957. Desde sua inauguração, destinou-se ao ensino nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Atualmente, também oferece o Ensino Médio Integrado Técnico em

Administração e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, assim como o PROEJA, nas modalidades de Técnico em Administração e Assistente em Administração. O público alvo da pesquisa é do Ensino Médio Integrado à educação profissional.

No Colégio Pedro II foi solicitada uma anuência formal para a realização da pesquisa, obtida e expressa através de documento específico para este fim. Além, disso, seguindo ainda os preceitos éticos relacionados às pesquisas realizadas com seres humanos, o protocolo do presente estudo foi cadastrado na Plataforma Brasil e enviado à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CPEI, tendo sido aprovado em 06 de junho de 2022.

3.3. Amostras da pesquisa

As amostras desta pesquisa tiveram como participantes orientadores educacionais do SOEP, chefe do SOEP, egressos ex-representantes de turma e representantes de turma ou suplentes, no ano vigente da pesquisa, da 2ª e 3ª série dos cursos Técnico em Administração e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas do EMI.

A primeira amostra da pesquisa foi composta por profissionais do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP) que realizam a orientação aos estudantes representantes das turmas do EMI e pela chefe do setor. Por meio da entrevista busquei compreender como ocorre a eleição dos representantes de turma, quais as expectativas e os desafios encontrados neste percurso e, após eleitos, quais são as esferas de contribuição destes na comunidade escolar e como estabelecem o contato com o SOEP e as demais esferas do colégio.

A segunda amostra foi formada por estudantes que estavam no papel de representantes de turma ou suplentes, nas turmas de 2ª e 3ª série do EMI no ano vigente da pesquisa - 2022. O objetivo foi coletar dados sobre o perfil e a trajetória dos estudantes eleitos, as demandas e os desafios encontrados, se há espaços para construção de aspectos da formação integral e outras questões que se apresentem ao representante de turma como caráter formativo, como por exemplo, possibilidades para desenvolver o protagonismo no cotidiano escolar, a fim de ser possível identificar as singularidades das situações. A quantidade de turmas, logo, representantes de turma ou suplentes, variou de acordo com as turmas ativas de Ensino Médio integrado à educação profissional. Os suplentes só foram apresentados à pesquisa e convidados a participar caso o representante da turma não tivesse aceitado ou por indicação do mesmo.

O critério pela escolha das séries mais avançadas se deu por considerar que estes estudantes já tinham melhor conhecimento sobre as dinâmicas e as possibilidades existentes ao desempenhar este papel em comparação aos estudantes que ingressam na 1ª série, como iniciantes no EMI. A quantidade de turmas, logo, representantes de turma ou suplentes

correspondeu ao número de turmas ativas de Ensino Médio integrado à educação profissional e, considerando os dados disponíveis no site oficial do Colégio Pedro II sobre o ano letivo iniciado no 2º semestre/2021, no campus Tijuca II, foram cinco representantes de turma.

Por fim, a terceira amostra foi composta por egressos que desempenharam o papel de representante de turma quando cursaram o Ensino Médio, por meio de um recorte temporal a partir do ano de implementação dos cursos no campus Tijuca II. Cabe ressaltar que nesta amostra considerei os que cursaram o Ensino Médio integrado e o número de egressos pretendido poderia ser até o número de representantes atuais no momento da pesquisa. Ressalto que além do desejável foi necessário me adequar ao que seria viável dentro do recorte temporal de uma pesquisa de mestrado. A busca destes se deu online, com auxílio dos profissionais do SOEP e da professora orientadora e, uma vez identificados, foram contatados para apresentá-los à pesquisa. Apenas uma egressa respondeu com o aceite de participação e assinatura do TCLE e foi agendada e realizada a entrevista semiestruturada individual também de modo *online*, por meio do *Google Meet*, onde foi gravada para facilitar a transcrição posterior, mas sem o uso da imagem ou do áudio para divulgação. O objetivo foi identificar se as relações que desenvolvem no mundo do trabalho são, de alguma maneira, influenciadas por aquilo que aprenderam enquanto eram representantes de turma.

Na pesquisa foram incluídos representantes de turma matriculados em uma das turmas da 2ª e 3ª série do EMI, no campus Tijuca II do Colégio Pedro II no ano de 2022 e que entregaram o TALE e o TCLE assinados; os egressos ex-representantes de turma e os orientadores educacionais das respectivas turmas que assinaram e entregaram o TCLE e, portanto, aceitaram participar da entrevista.

Os excluídos foram os egressos que não retornaram com o contato com a assinatura do TCLE e, logo, não concederam a entrevista. Já a exclusão dos representantes de turma da 1ª série teve como pressuposto o fato que, que nesta etapa os estudantes estão tendo o primeiro contato com as disciplinas da educação profissional¹³ e com o processo de eleição de representante de turma nesta modalidade de ensino.

3.4 Critérios éticos

Os participantes da pesquisa não são objetos, é necessário que o pesquisador tenha preocupação sobre a segurança dos entrevistados, tendo consciência que está interferindo na vida de alguém e é necessário respeitar sua integridade. Portanto, cabe ponderar quais são os

¹³Grade curricular disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/grades-curriculares/>. Acesso em: Dez, 2021.

possíveis riscos, buscar que sejam evitados e comprometer-se nos benefícios da pesquisa de forma ética.

Sendo assim, a proposta de pesquisa foi submetida à Coordenadoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) do Colégio Pedro II. Além da submissão ao Comitê de Ética por meio da plataforma eletrônica chamada Plataforma Brasil, que avalia os aspectos éticos da pesquisa e elabora normas e diretrizes para a proteção dos direitos dos participantes. Mediante a aprovação de ambas, considerando a participação nas entrevistas de alunos menores de idade, a pesquisa teve o TALE, assim como o TCLE para o responsável legal.

A pesquisa que utiliza como instrumento a entrevista com seres humanos pode envolver riscos, mas nesta pesquisa pode ser avaliado como baixo, no caso do participante apresentar algum incômodo ao ter as respostas da entrevista utilizadas no decorrer da pesquisa. Objetivando minimizar esses riscos e promover um ambiente confiável, os dados são utilizados com a autorização e as entrevistas foram construídas e analisadas atentamente pela análise de conteúdo de Bardin (2011). Além disso, há a garantia de anonimato e o compromisso de confidencialidade, sendo a análise das respostas de modo que não permita a identificação dos participantes e dos seus dados por terceiros.

A pesquisa foi apresentada aos participantes para recebimento da anuência por meio da assinatura do TCLE e do TALE, contendo informações como tema, objetivos, procedimentos, forma de participação, possíveis riscos e benefícios, garantia de sigilo. E esclarecido que é voluntária a participação. Ao participante explicou-se a composição do roteiro da entrevista e que era livre a recusa em qualquer momento para interromper o processo da entrevista quando desejasse. A participação foi isenta de qualquer despesa, a sistematização de cada entrevista está disponível por meio de relatório, para o respectivo participante, a fim de verificar a acuidade.¹⁴

Os benefícios de participar desta pesquisa envolvem a contribuição para criação de um produto educacional que se espera que promova esclarecimentos sobre o processo de eleição, atuação e dos processos formativos dos representantes de turma do EMI no campus Tijuca II do Colégio Pedro II.

¹⁴Além disso, os resultados estarão à disposição quando a pesquisa for finalizada. E, a presente mestranda, como pesquisadora responsável, se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

3.5 Instrumentos da pesquisa e metodologia para análise

Quanto à coleta de dados no cotidiano escolar, o instrumento metodológico inicial foi a análise documental sobre o processo de eleição dos representantes de turma do EMI no campus Tijuca II e sua atuação após eleitos e, posteriormente, a entrevista. Em relação a esta técnica,

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de alcance mais superficial, como o questionário. (Lüdke; André, 1986, p. 34)

Neste sentido, a fim de aprofundar a coleta de dados foram elaboradas entrevistas semiestruturadas e individuais e, a fim de assegurar o anonimato, os nomes dos entrevistados não foram identificados.

Após coletados, a análise dos dados para interpretação das respostas da entrevista foi realizada a partir da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011) que é organizada em três fases: a) pré-análise; b) análise (exploração do material) e c) tratamento dos resultados. Considerando que é uma pesquisa qualitativa e na qual as entrevistas resultam em um grande número de dados para análise minuciosa, o modelo proposto por Bardin auxiliou na reorganização das informações para melhor compreendê-las. Sendo assim, a pré-análise é compreendida como a etapa de “leitura flutuante” dos documentos, na entrevista é onde se tem o conhecimento das respostas, se inicia a seleção do que será submetido à análise e organiza de forma preliminar os dados que são representativos para construir o *corpus* da pesquisa. Em seguida, ocorre a codificação e a criação de categorias de acordo com as temáticas para (re)organizar e potencializar o entendimento dos dados e, por último, é a fase de interpretação dos dados do material em diálogo com a fundamentação teórica.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A construção e a análise dos resultados, como mencionado anteriormente, foram realizadas de acordo com o método de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (2011). Sendo assim, na pré-análise realizou-se a transcrição das entrevistas e foi feita a leitura flutuante dos textos. Em seguida, a organização do material textual foi realizada em tabelas no *Excel* para possibilitar uma leitura e filtro sobre as perguntas e as respostas. Na próxima fase da exploração do material, ocorreu a codificação e a categorização dos resultados por meio da seleção dos dados obtidos nas entrevistas correspondentes a elas. E, na última fase da análise de conteúdo, foi realizada a interpretação dos resultados em consonância com o proposto na pesquisa.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos a partir das análises realizadas mediante os dados coletados ao longo deste estudo. Neste momento, faz-se necessário um mapeamento do perfil das amostras da presente pesquisa que foram: as servidoras alocadas em funções no SOEP (ENS), egressa ex-representante de turma (ENE) e representantes de turma no momento da pesquisa no ano letivo de 2022 (ENRP), da 2ª e 3ª série dos cursos Técnico em Administração e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas do EMI. O intuito deste mapeamento é uma aproximação inicial sobre o perfil dos interlocutores antes de apresentar os resultados obtidos a partir das análises realizadas com os dados coletados nesse estudo.

Tabela 01 - Perfil e quantitativo de entrevistados

Profissionais do SOEP (ENS)	Representantes de turma (ENRP)*	Egressos (ENE)
4	6	1

Fonte: A autora (2024). *Sendo um suplente.

A primeira amostra da pesquisa foram três profissionais do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP) que realizavam a orientação aos estudantes representantes das turmas do EMI e a chefe do setor. Mediante assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) concederam entrevistas semiestruturadas presenciais e individuais, cujos registros foram gravados em áudio e anotações escritas. A gravação facilitou a transcrição posterior, mas o áudio não foi utilizado para divulgação.

A segunda amostra foi composta por cinco estudantes no papel de representantes de turma e uma suplente, nas turmas de 2ª e 3ª série do EMI no ano vigente da pesquisa e, para os quais apresentei a pesquisa e convidei a participação por meio de entrevista semiestruturada presencial e individual, mediante assinatura deles do Termo de assentimento livre e esclarecido (TALE) e da assinatura do TCLE pelos responsáveis. Ocorreu a participação de um suplente, pois o representante desta turma indicou sua participação, por ser uma pessoa presente no

compartilhamento deste papel. As formas de registros foram gravação em áudio e anotações escritas, mas sem o uso do áudio para divulgação. A gravação facilitou a transcrição posterior.

Por fim, na terceira amostra ocorreu a dificuldade de contato. Inicialmente a proposta era um número de egressos que poderia ser até o número de representantes atuais no momento da pesquisa, ou seja, cinco. A seleção de egressos se deu a partir do critério de ter desempenhado o papel de representante de turma quando cursaram o Ensino Médio, por meio de um recorte temporal a partir do ano de implementação dos cursos no campus Tijuca II. Cabe ressaltar que nesta amostra considerei os que cursaram o Ensino Médio Integrado. Ressalto que além do desejável, era necessário me adequar ao que fosse viável dentro do recorte temporal de uma pesquisa de mestrado. A busca destes se deu online, com auxílio da professora orientadora e indicações dos entrevistados. Uma vez identificados, foram contatados para apresentá-los à pesquisa. Neste período, dentre todos os contatados, apenas uma ingressa oficializou o aceite para participação e assinatura do TCLE, a entrevista semiestruturada foi agendada e realizada de modo online, por meio do *Google Meet*, onde foi gravada para facilitar a transcrição posterior, mas sem o uso da imagem ou do áudio para divulgação.

Portanto, o estudo abrangeu informações das entrevistas individuais com os integrantes das amostras, no final do ano letivo de 2022, contabilizando-se um total de onze pessoas, sendo quatro profissionais do SOEP, seis estudantes no papel de representante de turma do EMI e uma egressa ex-representante de turma do EMI. Definido este universo procedeu-se a entrevista semiestruturada formulada a partir de quatro blocos de perguntas: dados pessoais, processo de eleição, representação e considerações finais. Este último foi proposto como um espaço reservado para que os participantes expressassem informações adicionais que contribuíssem com a proposta da pesquisa.

Os resultados obtidos no levantamento dos dados referentes a essas variáveis resultaram nas categorias finais:

Figura 02 - Categorias finais da análise de dados



Fonte: A autora (2024).

As categorias finais serão exploradas a partir do item 4.2.

4.1 Perfil das amostras

4.1.1 Profissionais do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP)

De acordo com a portaria nº 4.112/2018, entre as atribuições do SOEP está a orientação dos estudantes para a escolha dos representantes de turma e a elaboração de relatório a ser apresentado no conselho de classe, respeitando a autonomia discente. Já no que concerne aos objetivos da orientação educacional e pedagógica desse setor no CPII são:

I- acompanhar o desenvolvimento cognitivo, psicossocial e acadêmico dos estudantes (com a devida orientação aos seus responsáveis); II- promover a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem por meio do acompanhamento e da análise do desempenho dos estudantes; III- incentivar ações na Comunidade Escolar identificadas com a defesa e a ampliação de princípios que valorizem o saber, a ética, a cidadania, a diversidade, o senso estético e crítico, e a criatividade (Colégio Pedro II, 2018).

A portaria, como uma regulamentação institucional, estabelece que a orientação educacional e pedagógica desempenha papel sobre a representação de turma e na mobilização coletiva de dimensões que atuam no processo de formação dos indivíduos.

No contexto da pesquisa, o SOEP do campus escolhido é composto apenas por profissionais do sexo feminino, que possuem formação em nível superior, com trajetórias acadêmicas diversas. Todas relataram experiências anteriores de trabalho com estudantes, seja como professoras, inspetoras ou atuando em secretaria de escola. Com exceção da chefe de setor, as profissionais do SOEP dividem as turmas por séries para realizar a orientação educacional, tanto para turmas do ensino regular como do ensino integrado. Algumas chegam

a orientar treze turmas, e além dessa função também ficam encarregadas dos processos seletivos de programas de iniciação científica, de monitoria, de orientação profissional para os estudantes, contato com os responsáveis, organização do calendário de avaliações e dos conselhos de classe, entre outras atribuições.

4.1.2 Representantes de turma no ano letivo de 2022

De acordo com as entrevistas realizadas, a faixa etária dos estudantes que desempenhavam o papel de representante de turma ou suplente abrange dos dezesseis aos dezenove anos de idade. As pessoas do sexo feminino corresponderam a três entrevistadas e o mesmo número corresponde aos entrevistados do sexo masculino. A maioria dos estudantes ingressou no colégio a partir do Ensino Médio integrado, exceto um que estudava desde o fundamental.

Com relação à ocupação do papel de representante de turma verifica-se que apenas dois estudantes já tinham tido essa experiência em anos anteriores. A maioria estava inserida pela primeira vez nessa função, seja por não ter tido interesse antes, não ter sido eleito pela turma ou ter vindo de um contexto escolar em que não existia representação de turma.

4.1.3 Egressa ex-representante de turma

A estudante egressa cursou Desenvolvimento de Sistemas e foi representante de turma por dois anos seguidos, se formando durante o período da pandemia Covid-19, no ano de 2020. A ocupação dela como representante de turma ocorreu porque nenhum outro estudante queria ocupar a vaga. No momento da pesquisa desempenhava a função de analista administrativo e financeiro de um partido político e graduou-se em gestão financeira, mas já trabalhou como professora da educação infantil e atendente de loja. Porém, ao longo do Ensino Médio teve a necessidade de conciliar trabalho e estudo para ajudar na condição financeira familiar.

4.2 Categoria 1 - O processo de eleição

Na categoria “O processo de eleição” foi elaborada uma separação para evidenciar os conteúdos considerados mais representativos das entrevistas, de acordo com a análise de conteúdo dos dados de cada amostra: profissionais do SOEP (ENS), representantes de turma

(ENRP) e egressa ex-representante de turma (ENE). Sendo assim, podemos destacar alguns pontos relevantes relacionados ao processo de eleição de representantes de turma.

Em relação às entrevistas com as profissionais do SOEP sobre o processo de eleição, os conteúdos mais evidentes que apareceram foram “relação Soep-estudantes”, “aspectos burocráticos”, “processo e formato de eleição”.

O primeiro conteúdo identificado, “relação Soep-estudantes”, destaca-se porque este é o setor responsável por organizar o processo de eleição dos representantes de turma e não há envolvimento de outras formas de organização estudantil ou instâncias do colégio, ou seja, não há, por exemplo, participação da coordenação ou do grêmio, porque segundo os dados das entrevistas, não lida diretamente com as especificidades das turmas.

Um dos desafios mencionados pelas orientadoras foi que já tiveram turmas que apresentaram dificuldade em se interessar ou desenvolver o processo de eleição e outras que optaram por não eleger um representante de turma. Isso foi acatado, atitude que revela respeito pela opção dos estudantes. Segue abaixo algumas falas das servidoras do SOEP que ilustram esse fato:

Com o ensino médio às vezes é complicado a gente ter representante querendo se candidatar, fazer o papel de representante. Então, a gente às vezes vai mais a caça do estudante do que o estudante vem buscar a gente (ENS03).

Eu acredito que exista uma crise é... de representação na sociedade também né? As pessoas muitas vezes estão desacreditadas do processo eleitoral, como a gente vê na nossa sociedade, muita gente diz, “ah, eu não quero votar, nada vai mudar”. Então, eu acredito que isso reflita nos nossos estudantes. Então, acontece algumas vezes de você ter turmas em que ninguém tem interesse de ser representante porque é às vezes essa função também pode acabar não sendo uma função muito bem vista porque é um trabalho voluntário, né? A nossa sociedade muitas vezes sendo capitalista visa por... “desempenhar uma função e eu não vou receber pra isso, eu vou tá doando meu tempo?”. Então isso tem que ser trabalhado com os alunos, falar que é uma função muito importante [...] isso acaba sensibilizando e eles acabam entendendo que é importante porque falo pra ele, não será da mesma forma vocês dizendo do que eu repassando. Eu vou repassar, mas não tem o mesmo impacto, né? O ideal é quem está vivenciando passar as demandas, os desejos, as frustrações ou as angústias ou que eles estejam pleiteando (ENS04).

Além disso, houve casos em que estudantes já solicitaram dispensa durante o mandato, geralmente devido a demandas de estudo mais intensas, outras atividades externas ou decisão dos responsáveis. O procedimento para substituição envolve a convocação do próximo candidato mais bem votado. Conforme mencionou uma servidora do SOEP: “A gente conversa com a turma, fala “A gente não tem mais representante, mas tem uma pessoa que quer entrar

também pra ajudar, que ficou, *cês* aceitam, tem algum problema?” E aí a gente elege essa nova pessoa que seria no caso uma suplente” (ENS03).

Sobre os “aspectos burocráticos”, apesar do cargo de representante de turma ser mencionado no código de ética discente, não há “documento institucional específico” que norteie o processo de eleição dos representantes. De modo que a prática institucional é baseada em reuniões do setor responsável de cada *campus* a cada ano letivo e no incentivo à participação dos estudantes, garantindo o direito de concorrer, sendo eleitos ou votando para o cargo.

No que concerne ao “processo e formato da eleição”, segundo as servidoras, o processo inicia aproximadamente um mês após o início das aulas para que a turma se conheça melhor e, antes do processo de eleição com um calendário específico, não há uma “preparação formal dos estudantes”, mas há um diálogo nas salas de aula sobre o papel dos representantes, explicando as responsabilidades e as atribuições do papel para desmistificar possíveis preocupações ou desconhecimentos.

A divulgação do processo de eleição ocorre por meio do blog do campus, *Instagram*, cartazes no campus, comunicação direta nas salas de aula e nos grupos de *whatsapp* de cada turma. Em seguida, há um período de inscrição, seguido por uma campanha e a data específica para a votação. Se houver mais de um candidato, realiza-se a eleição, mesmo nos casos em que a turma já tem um consenso sobre o estudante é feito um procedimento formal.

A votação ocorre em sala de aula ou na sala do SOEP, onde são feitas cédulas e a contagem dos votos. O estudante mais votado se torna representante de turma, os demais, de acordo com as servidoras, mesmo não sendo eleitos, são incluídos como suplentes, promovendo a inclusão, a participação e atuando de forma horizontal.

De acordo com as entrevistadas, as turmas do Ensino Médio Integrado demonstram um interesse significativo em participar do processo de representação. A maioria dos estudantes desse segmento não era estudante do CPII e as turmas são caracterizadas como propositivas, engajadas e com uma atitude participativa porque compreendem o colégio como um ambiente a ser explorado e desejam aproveitar as oportunidades disponíveis.

Eles chegam na escola: “o que eu posso aproveitar desse lugar?” Eles vem aqui no setor e dizem “Ah eu tenho ideia de temas que a gente poderia falar aqui na escola”, “aaa será que a gente poderia ter um clube de livro?”... Eles ficam propondo formas de estar na escola, não só isso, mas também são muito engajados em participar das atividades. Então, é engraçado que os alunos geral do integrado adoram participar das atividades, embora tenham menos tempo. Eles ficam aqui na escola direto, acabam quase morando porque eles ficam muito, muito na escola (ENS02).

No tocante às entrevistas com os representantes de turma atuantes no ano letivo de 2022, referente ao processo de eleição, foram definidos os conteúdos: “conhecimento do processo de eleição”; “motivação para candidatura” e; “desafios como representante de turma”.

Em relação ao “conhecimento do processo de eleição”, alguns estudantes informaram os mesmos procedimentos já relatados por meio das respostas das servidoras do SOEP. Sendo assim, as unidades de análise sobre esse conteúdo se aproximam. Os entrevistados do terceiro ano do EMI destacaram que não houve disputa na turma, pois desde o primeiro ano do EMI os que foram eleitos a turma concordou que poderiam seguir sendo representantes reeleitos nos anos seguintes. Sendo assim, o SOEP só certifica que a turma concorda com a decisão, conforme se observa na resposta a seguir: “Quando o SOEP foi perguntar no terceiro ano, como a gente é o último ano, a gente meio que já tinha se resolvido” (ENRP03).

Outros estudantes informaram que o SOEP informou sobre o processo de eleição e da necessidade de escolha do representante de turma, mas que a mobilização e a eleição se deram em sala de aula, no momento em que uma professora colocou os nomes dos candidatos no quadro e a turma exerceu o voto, mas em alguns casos, diante da ausência de candidatos o estudante decidiu ocupar o cargo com consenso da turma. Nesse caso, a “motivação para a candidatura”, outro termo que aparece na análise, foi influenciada pela falta de decisão da turma e pela recusa do representante anterior de permanecer neste papel.

A organização das eleições é feita pelo SOEP que direciona de acordo com a portaria que define as atribuições desse setor, mas o processo é de certa forma quebrado quando os estudantes não se sujeitam, quando decidem por autonomia não aderir ao modelo proposto de conduta para eleição. Essa abordagem é percebida quando pensam e propoem outras formas para decidir o representante ou não aderem a esse processo. O que aponta que essa prática pode ser repensada e discutida a fim de que esse acompanhamento não se torne tutela na prática.

A busca por experiência e a capacidade de integrar com os estudos aparecem como fatores motivadores para os estudantes assumirem esse papel. Outros estudantes destacaram o interesse em áreas de liderança e representação. Todavia, para alguns, a motivação também ocorreu devido a insatisfações e crença na capacidade de efetuar mudanças ou por gostar de auxiliar as pessoas a resolverem questões burocráticas, além de não depender de outro estudante para receber uma informação: “Tipo ver data de prova, saber essas informações mais detalhadas. Os professores normalmente deixam as folhas de exercício comigo, né? Pra poder entregar...” (ENRP05).

O último conteúdo identificado no bloco sobre o processo de eleição nas entrevistas com os representantes de turma são “os desafios como representante de turma”. Entre os

desafios mencionados, a comunicação é vista por alguns estudantes como um ponto crítico: “Tipo é ter mais comunicação entre a escola com os representantes, principalmente pra gente poder passar os avisos pro resto da turma. Porque aqui eles passam os avisos muito em cima da hora. Então não tem um tempo ali pra gente poder avisar pros outros. Eu acho isso muito ruim” (ENRP05).

Outros representantes de turma destacaram a falta de informação sobre como executar o papel de ser representante de turma, indicando a necessidade de orientação:

Eu sinto falta assim às vezes uma pessoa pra me guiar, sabe? Sobre o que eu deveria mais ou menos fazer. Porque tem horas que eu me sinto perdido. Da questão de atuação mesmo. Do que eu posso fazer pela minha turma (ENRP04).

Todavia, uma representante também expressou a opinião de que a preparação para a função de representante está mais relacionada à personalidade e à vocação de cada um do que a um treinamento formal.

Avançando na apresentação dos resultados, ao se examinar a entrevista com a egressa ex-representante de turma, à atribuição do SOEP sobre a eleição de representante torna-se evidente e, consoante a isso, diante da falta de candidatos para representá-los no período proposto pelo SOEP, a candidatura de alguns estudantes aconteceu como uma obrigação burocrática. Na entrevista da egressa, menciona que, apesar das preocupações iniciais ao ingressar em um colégio da rede federal, ter que se adaptar a esse novo ambiente e nunca ter sido representante de turma antes, candidatou-se ao cargo e foi eleita. A resposta a seguir exemplifica os aspectos mencionados:

A verdade é que tinha que ter, que a gente já tava atrasado porque não tinha passado nome nenhum. [...] Só disseram que a gente precisava enviar alguém e no caso a gente só repetiu o do ano anterior, falou assim, “ah vão ser eles mesmo de novo. Ah vamos votar aqui” (ENE01).

Já a preocupação em proteger suas próprias provas foi um sentido atribuído adicional para a candidatura, demonstrando uma perspectiva individual de controle em relação à função de representante: “o cuidado com o material individual”. Como dito pela entrevistada: “Eu não queria que pegassem as minhas provas. [...] Então eu cuidei porque pelo menos se eu faltasse, não aconteceria alguma coisa com a minha prova, eu sei que vai vim na minha mão” (ENE01). Nos anos posteriores também ocorreu uma re“eleição informal”, mantendo os representantes anteriores. A decisão foi tomada pela turma, sem auxílio do SOEP no processo eleitoral e sem os procedimentos de eleição informados pelas servidoras desse setor.

4.3 Categoria 2 - O representante de turma

A segunda categoria envolve questões relacionadas à representação, onde a primeira pergunta foi para opinarem sobre qual a importância do representante de turma. Como forma de evidenciar alguns aspectos mencionados, apresento conteúdos descritos pelos entrevistados.

No que tange às respostas do primeiro grupo de entrevistados, as profissionais do SOEP, as respostas exploram dimensões em que os conteúdos referem-se à: “aspectos democráticos”; “desenvolvimento pessoal”; “comunicação”.

Nos “aspectos democráticos” destaca-se o papel do representante de turma em promover o entendimento dos direitos e deveres, tornando-se porta-voz desses aspectos para os outros estudantes.

[...] uma pessoa que entende que tem direitos e deveres, que se torna um porta voz desses direitos e desses deveres dos outros estudantes da turma. E essa, essa coisa bem democrática de ter um espaço dentro da escola que ele vai representar a turma dele, vai assumir alguns fóruns, até a oportunidade de se expressar, falar sobre as questões que são trazidas... e ouvir né dos participantes (ENS01).

Uma prévia desse processo democrático, que alguns deles não estão inseridos, que são as eleições realmente que a gente tem, mas que dá uma noção de que como a gente, numa escala bem micro, de como a gente tem a capacidade de observar as escolhas que a gente faz efetivamente acontecendo (ENS02).

Sendo assim, é explorado uma perspectiva de experiência democrática desse papel no espaço escolar, ao proporcionar através da representação, não apenas como uma liderança formal, mas um espaço onde eles podem compreender e defender seus direitos e deveres e expressá-los dentro do ambiente escolar.

Na perspectiva do SOEP, existe uma percepção do papel do representante de turma como algo relevante para a formação dos estudantes, sendo assim a discussão se expande para além do processo democrático, focando no conteúdo de “desenvolvimento pessoal”.

Nesse sentido, a responsabilidade é um tema recorrente, desde a pontualidade até a comunicação eficiente em situações diversas, sendo uma oportunidade que contribui para desenvolver habilidades importantes para o mundo do trabalho.

Então, criar uma responsabilidade né, entender como funciona as dinâmicas das atividades num ambiente profissional. Eles não são servidores daqui, mas no dia que eles estão fazendo, por exemplo, a participação no conselho, é um jeito de que eles precisam ter uma responsabilidade por estar representando a turma. Então, ééé pontualidade, “Não posso vir”, não tem problema, mas se comunica, informa o motivo, justifica a sua ausência. No sentido de responsabilidade na atividade (ENS02)

O representante de turma é visto como alguém que, ao assumir a responsabilidade de representar a turma, ganha maturidade e muda sua postura em relação aos colegas e aos professores, se torna um mediador eficaz entre os estudantes e as demais esferas escolares.

Além disso, ser um representante de turma é percebido como um meio de construir confiança para oportunidades futuras:

Pra parte de ter umas atividades extras que eles podem usar pra outras capacidades que eles podem desenvolver. Às vezes ele quer um estágio e “Não, eu sou representante de turma, tem como contar comigo”. É uma pessoa que passa uma confiança também, se ele quiser entrar num num estágio (ENS03).

A confiança gerada por essa posição também é destacada, pois alunos que são representantes podem utilizá-la ao buscar estágios ou oportunidades de estudo no exterior. Essa perspectiva busca ressaltar como a representação de turma vai além de uma função administrativa, desempenhando um papel na formação dos estudantes e na construção de suas trajetórias futuras.

No conteúdo sobre “comunicação”, dada a quantidade significativa de turmas, muitas vezes sobrecarregadas por diversas questões, as profissionais do SOEP compreendem a figura do representante de turma como fundamental para aprimorar o trabalho pedagógico e como facilitador na comunicação com as turmas na divulgação eficiente de informações e para o entendimento das demandas específicas de cada turma. Na entrevista argumentam que:

[...] se tem alguma informação para dá, eu falo com a turma, mas eu peço para os representantes para reforçarem para mim. Então, se eu tenho uma coisa para entregar, eu peço o representante para fazer para mim porque eles não ficam só na época de conselhos ativos. [...] então, eles ficam nessa função de mediadores, de comunicação (ENS02).

Eu acho que o representante de turma é fundamental pra melhorar o trabalho pedagógico da escola em si. Pra gente saber as demandas. O representante ajuda muito no nosso trabalho. Éééé são muitas turmas, muitas vezes acaba ficando assoberbada por outras questões. [...] Então, eu acho que facilita muito também na divulgação de informações. Às vezes eu tenho alguma coisa pra passar, eu converso com o representante, ele divulga... E assim, é fundamental (ENS04).

Avançando na apresentação dos resultados, chega-se à perspectiva dos estudantes representante de turma sobre a importância de estar nesse papel e, ao aplicar o método de Bardin para análise das respostas, podemos identificar conteúdos sobre aprendizados.

A função do representante de turma, segundo os estudantes que estavam desempenhando o papel e a egressa (ex-representante de turma), é como uma fonte de segurança para a turma se organizar, é percebido como um papel representativo que desempenha a mediação entre diferentes partes da comunidade escolar. Além disso, é encarado como alguém

que pode concentrar informações relevantes e distribuí-las de forma eficaz para o restante da turma. Essa concentração de informação é considerada uma vantagem, em comparação com cada aluno tentando obter informações individualmente.

Eu acho importante *pra pra* turma em si ter uma voz, tanto no conselho de classe quanto com os órgãos do colégio. Porque se não tivesse a turma seria basicamente só uma turma. Não saberia de nada, não teria ninguém da turma a quem recorrer quando precisasse de alguma coisa... é importante (ENRP03).

Mesmo que eu queira que algo não aconteça, se a turma ver a necessidade e tenha vontade de que ela aconteça é como o meu dever como representante tá lá e informar o que a turma quer. (ENRP01)

Ah acho que é uma segurança pra turma. A turma assim, diga assim “ah não se alguma coisa der errado, a gente tem um representante pra ajudar a gente, dar esse dar o feedback do que tá acontecendo numa direção, no SOEP, o que eles tão pensando, planejamento, eleição”. Acho que é uma segurança pro geral, sabe? Porque se cada um for tentar lá, pegar informação, fica muito mais complicado. É mais fácil que uma pessoa só concentrar informação e depois espalhar pro restante (ENE01).

Portanto, o representante retrata os interesses da turma, mesmo que isso envolva lidar com situações desafiadoras como conflito com seus interesses pessoais ou transmitir insatisfações e ações desagradáveis, como justificar ausências ou conflitos com professores. Esta é uma forma de aprendizado sobre equilibrar desejos individuais com necessidades coletivas que é replicada para além do ambiente escolar.

No que diz respeito à responsabilidade, destaca-se a mudança individual percebida ao longo do tempo. Assim, a responsabilidade é um termo que aparece tanto como um benefício pessoal (aprendizado de responsabilidade) quanto como um desafio (sentimento de pressão). De acordo com os representantes de turma:

Ser mais responsável. Porque por ser representante de turma eu preciso meio que tipo saber das coisas que acontecem e fazer tudo certinho, que é aquela responsabilidade de tipo passar as coisas e acho que isso me fez ser mais responsável (ENRP05).

Assim, coisas simples, tipo, de eu recebi um aviso e não lembrar de dar. Coisas mais simples assim. É, apesar de eu, assim, acho que nem todo mundo gosta muito de ter responsabilidade, mas eu apesar de não gostar, eu sempre soube lidar com elas. Eu sei que eu tenho que ter e que se eu estou nessa posição e eu me candidatei pra isso, eu sabia do que enfrentaria pela frente (ENRP02).

Pra mim, em particular, eu acho que é bom que eu tenho um pouco mais de responsabilidade. Eu consigo mostrar um pouco, não só pra mim, mas também *pra pra* turma, pra minha família que eu mudei bastante. [...] Por exemplo, como eu falei eu não era um muito bom, né? Então, quando eu me candidatei, todo mundo falou, ah que eu ia ser um péssimo aluno, que eu não ia ajudar nada, que eu ia atrapalhar. Teve como se fosse uma briga. Quando eu fui

confirmado como representante teve mais ainda o julgamento, mas com o tempo foi mudando. Hoje em dia até ouço muito elogio, falando que sou um bom representante, que se surpreendeu (ENRP06).

Em termos pessoais, a maioria dos representantes de turma entrevistados vê a função como uma oportunidade de crescimento e adquirir maior responsabilidade. Alguns compartilham experiências de superação de julgamentos iniciais, evidenciando uma mudança positiva percebida na vida dos estudantes.

Por conseguinte, a questão da diversidade proporciona a oportunidade de aprender a lidar com as diferenças individuais na turma, reconhecendo que cada pessoa tem demandas específicas. Como mencionado nestes trechos relatados:

Somos diferentes. Então você aprende a lidar com as crianças com as diferenças das pessoas vão ser. Tem uma demanda pra alguém, diferente de uma demanda pra outra pessoa. Você às vezes tem uma pessoa que necessita de um pouco mais de atenção, de um pouco mais de um olhar, uma fala um pouco mais devagar. E uma pessoa que já é mais proativa, uma pessoa que já tem a disposição pra fazer as coisas e já tá ali pra talvez até contribuir contigo. Então você aprende a lidar com tudo. (ENRP01)

O Pedro II já é um ambiente onde *você você* vem, você tem que tá disposto a ser uma pessoa de mente aberta e te puxa a conhecer pessoas diferentes de você. Aqui tem pessoas de diferentes realidades, raças, culturas, religiões e classes sociais. Então você está aqui você tem que estar disposto a aprender com os outros, a lidar com pessoas. (ENRP02)

Feitas essas interpretações sobre os dados analisados, cabe ainda destacar uma questão presente na fala da egressa sobre mobilização dos estudantes. O maior desafio mencionado pela entrevistada, como representante de turma, está relacionado à falta de resposta e ação da instituição diante de uma denúncia que foi feita na época. A sensação de ser ignorada e a percepção de falta de voz são destacadas como experiências negativas e, sugere que, apesar da importância dos esforços dos representantes em reunir apoio e fazer uma denúncia formal, a resposta da instituição foi insatisfatória. O fragmento a seguir da entrevista exemplifica essa dimensão:

[...] primeiro a gente fez uma comunicação oficial, a gente levou uma carta com a assinatura de todos os representantes. Acho que teve um representante que se absteve, sabe? Falou assim “Não, não, não quero me meter nisso”, mas o restante, então vamos dizer, 99% dos estudantes assinaram, *ééé* dos representantes. E assim, além dessa listagem dos representantes, teve uma listagem das turmas. Assim “Não por favor alunos assinem. Nós estamos representando vocês, mas a gente quer saber se vocês estão de acordo com o que a gente está pensando”. E assim teve toda essa listagem foi levada pro SOEP e ele só falou assim, “ah não, daqui a uma semana a gente responde vocês”, e aí não houve resposta. Houve cobrança de resposta, mas não aconteceu a resposta com a gente. E aí os alunos se organizaram, principalmente *do do* técnico na época e assim fizeram cartaz e tudo mais. Tipo

assim, “gente, queremos nossa resposta, queremos, tipo assim, uma atitude, sabe? Eh, o assédio continua acontecendo. Cadê a atitude de vocês, sabe?” Mas não teve nada, só ignoraram a gente. A gente só ficou sem aula naquele dia (ENE01).

O envolvimento dos estudantes, especialmente do Ensino Médio integrado, foi expresso através de cartazes e manifestações, demonstrando uma tentativa de pressionar o colégio a tomar medidas diante da situação, mas naquele momento nada foi feito em termos de ação, segundo a ex-representante. O que gerou uma sensação de deslegitimação entre os representantes e de descrença no sistema, especialmente quando lidam com questões sérias e delicadas.

4.4 Categoria 3 - O perfil do representante de turma

Na análise sobre a existência de características comuns entre estudantes que ocupam a função de representante de turma, é ressaltada a importância de fornecer oportunidades aos estudantes, independentemente das características individuais, no sentido de uma abordagem inclusiva para o exercício da representação, mesmo daqueles com perfis considerados não comuns.

Com base nas respostas fornecidas, parece haver uma diversidade de características e perfis de estudantes que se candidatam para representante de turma, incluindo tanto características escolares quanto sociais.

Primeiramente foi destacado um estilo de representante com perfil de estudante que é identificado como estudioso, aquele que cumpre as regras de disciplina e tem um desempenho escolar destacável referente a notas. Todavia, essa associação não é uma regra. Todos reconheceram a existência de diversos perfis de estudantes que podem se candidatar e serem eleitos, não limitando a escolha apenas aos estudantes com bom desempenho em notas e em seguir normas. Sendo assim, alunos com diferentes condições específicas, como problemas de saúde ou identificados como indisciplinados, são encorajados a se candidatar porque a atuação como representante pode ajudar na autoestima e no sentimento de pertencimento e empatia com as diferentes necessidades dos colegas. Como explicita a fala de uma orientadora educacional:

Por exemplo, às vezes a gente tem estudantes que tem, digamos assim, o perfil que é atípico para representação, mas eu não faço distinção né, mesmo que seja um aluno que os colegas falam “*noooooossa*, mas fulano não porque...”, mas não gente, tem que dá a chance porque muitas vezes na própria função de representante eles ganham uma maturidade porque percebem que estão numa posição diferente e aí eles mudam a postura dentro de sala, com os colegas, com os professores. [...] Você vê melhoras consideráveis da relação que ele tinha, às vezes, tinha uma relação afastada dos professores, do corpo docente,

da escola baseada numa ideia de que ninguém o observava, ninguém dava atenção e aí, a partir do momento que ele se vê como um representante daquela turma, ele adquire uma postura totalmente diferente, de parceria, de entendimento que ele faz parte daquela turma e de que alguma forma ele tem a capacidade de intervir, digamos assim, no resultado geral né, do que vai acontecer ali (ENS3).

Em seguida, estudantes “comunicadores” aparecem de forma marcante na pesquisa. Essa perspectiva corresponde aos estudantes com habilidades naturais de comunicação. Para alguns, a capacidade de se comunicar efetivamente parece ser um critério importante na escolha dos representantes de turma, independentemente do desempenho escolar. Identifica-se uma tendência de que a ênfase em interação social é uma característica que tem tido preferências em relação aos critérios considerados tradicionais de seleção, pois segundo as entrevistadas, essas pessoas possuem uma visão mais abrangente da dinâmica escolar, sendo capazes de se comunicar efetivamente e serem ouvidos.

Então, aquele estudante que os outros identificam como que é mais estudioso, é mais certinho, que cumpre as regras... ele é mais o candidato natural a representação de turma, mas isso não é regra. Tem estudantes que mesmo não tendo esse perfil, mas por ser comunicador, por ter trânsito entre os colegas todos, terminam sendo eleitos também, embora não tenha o desempenho acadêmico tão destacável (ENS01)

Alguns entrevistados mencionaram a importância de habilidades de comunicação, boa oratória, capacidade de argumentação e de liderança eficaz em sala de aula. Essa visão, bem como a capacidade de liderança, foram destacadas por dois entrevistados (ENS02 e ENS03) como características essenciais para um representante de turma. De forma que esses representantes devem ter a capacidade de se impor, especialmente em situações como o preenchimento da autoavaliação da turma, antes do período de conselho de classe, em que devem assumir um papel ativo na condução de atividades e reuniões.

Tem um perfil que geralmente são estudantes que, primeiro, eles tem uma capacidade de liderança. Então, são estudantes que eles conseguem ter perspectiva geral da escola, da turma (ENS02).

São alunos que tem uma oratória boa, porque eles têm que ser ouvidos. Eles são, assim, digamos, mais persuasivos do que outros alunos muito tímidos. Então, eles têm que se portar em sala como se fosse um braço do professor e um braço *do do* colégio na sala de aula (ENS03).

Ele é mais extrovertido. Tem aquele, aquele enxerto de liderança, muito que vem dele, do histórico dele. E costuma ser uma pessoa muito alegre, pelo menos os representantes que eu conheci, todos eles eram uma pessoa muito alegre. Responsáveis, bons alunos em sala de aula normalmente (ENE01).

Os representantes de turma são descritos também como alunos organizados e responsáveis. A menção de que esses alunos geralmente têm notas melhores sugere que eles conseguem equilibrar suas responsabilidades com o estudo.

Então, uma pessoa comunicativa, uma pessoa que sabe trabalhar em grupo pra ouvir *ééé* todas as pessoas que queiram falar. Porque muitas divergências acontecem, faz parte do processo democrático. Mas tem que ser uma pessoa que consiga agregar e não dividir, né? Então, uma pessoa com essas qualidades que trabalha em grupo, que seja comunicativo, que seja proativo, que perceba as questões e que ache importante interferir. Não uma pessoa que veja que tem um problema e simplesmente deixa pra lá (ENS04).

Então, eu acho que combinava comigo e eu me candidatei. [...] É mais por esse fato mesmo, eu sempre gostei dessa dessa posição de liderança, estar a frente de algo pra representar. Eu sempre gostei muito disso (ENRP02).

Tem aquela idealização que tem que ser um aluno perfeito ou com boas notas, mas nem sempre. A gente já teve casos de alunos até que *não* são alunos assim brilhantes em termos de nota, mas são pessoas que agregam, que tem várias qualidades, que podem ajudar a turma. Que saiba argumentar, colocar o seu ponto de vista. (ENS04)

Cabe destacar que, a idealização presente no imaginário associada a um aluno considerado com boas notas, não é um modelo fechado, tendo a análise muitas vezes, destacado que outros atributos e qualidades também são valorizados. Esta também é a percepção dos representantes de turma, tendo termos associados a liderança e a responsabilidade presentes na análise das respostas.

Nas respostas dos representantes de turma menciona-se a disposição para liderar, enfrentar desafios pessoais e manter uma postura de bom senso mesmo em situações difíceis. A capacidade de organizar a turma, lidar com divergências de opiniões, não tirar proveito das situações para si mesmo, ainda que nem sempre suas vontades ou ideias prevaleçam e, ser compreensivo diante de situações delicadas podem ser identificadas nos trechos abaixo:

Tem que tá disposto a botar a mão na massa, sentar lá, ouvir, passar, comunicar, mesmo que isso signifique passar por momentos chatos ou então não estar em um momento difícil e ter que tá lá do mesmo jeito. Mesmo que a presença da pessoa seja algo doloroso, eu acho que representante são pessoas dispostas. Perfil é alguém disposto e proativo (ENRP01).

Eu acho que tem que ser tipo uma pessoa que primeiro que tenha um leve espírito de liderança porque dependendo da situação você vai precisar colocar a sua turma unida e você vai precisar organizar tudo pra isso. E além disso, você também precisa, tipo, saber lidar com as pessoas porque você vai ouvir muita coisa de muita gente. Tipo opiniões totalmente divergentes (ENRP03).

Além disso, enfatiza a responsabilidade e a necessidade de levar a sério a função, evitando encará-la como um status ou posição superior em relação aos outros, exigindo um

compromisso real e efetivo, distinguindo os anseios pessoais das solicitações coletivas da turma.

Assim, eu não diria o perfil de personalidade, mas ter responsabilidade acho que é primordial. Estar disposto (ENRP02).

Acho que mais ser responsável mesmo com o cargo. E se você quer aquilo, você tem que levar aquilo a sério. E não tipo, achar que é por status (ENRP05).

Acredito que não, acho que você aprende a ser. Você aprende a ter mais responsabilidade, acho que não precisa de uma característica específica (ENRP06).

A análise destaca, por fim, a visão de um entrevistado de que ser representante de turma é algo que se aprende, não sendo necessário um perfil específico. No entanto, a experiência pessoal do mesmo revela que as pessoas podem julgar a adequação para o papel com base em comportamentos passados e desempenho escolar.

Justamente por eu ser... não era um bom aluno. Fazia muita besteira e tal. Então teve muito esse julgamento achando que eu não seria um bom representante, que eu não teria muita responsabilidade (ENRP06).

Portanto, a conexão entre estereótipos e perfil para representante de turma não é percebida de forma única. É possível identificar múltiplas formas de ser dos que ocupam este papel. Além disso, aspectos de caráter formativo são aprendidos por meio das experiências vivenciadas no cotidiano escolar, como por exemplo, desenvolvimento pessoal a partir da responsabilidade adquirida ao pensar e ao agir de forma coletiva; respeito à diversidade mediante as singularidades dos colegas de turma e protagonismo ao se impor diante de situações consideradas desafiadoras.

4.5 Categoria 4 - A relação com o SOEP e a atuação dos representantes de turma

4.5.1 A relação com o SOEP

A partir das respostas fornecidas sobre a interação entre SOEP e representantes de turma, podemos observar diversos aspectos no contexto educacional. Aqui estão conteúdos selecionados na perspectiva das profissionais do SOEP: “relação entre SOEP e estudantes”; “atividades”; “resolução de conflitos”.

A “relação entre SOEP e estudantes” ocorre por meio de diálogo direto no colégio, *whatsApp*, blog do *campus*, e-mail ou reuniões e é percebida como uma característica na convivência entre representantes de turma e profissionais do SOEP. Inicialmente, havia uma carga administrativa para os representantes de turma, como a entrega de documentos e

comunicação de informes. Com a evolução da tecnologia, as demandas tornaram-se mais focadas na participação nos conselhos de classe e na coleta de *feedbacks* dos alunos:

Antes da Internet e do uso dos e-mails e das redes sociais com mais frequência, de haver muita entrega de documentos, de enviar comunicado para os responsáveis. A gente mandava muito, fazia a lista, entregava a lista para turma e os papéis de comunicado. Chamava o representante e dizia “entrega para turma, por favor, devolve para gente”. Então, havia umas tarefas que a gente demandava deles que era mais burocrática, uma parte mais burocrática do cargo. Agora, a gente lida muito mais com os representantes de turma é... com a representação dos conselhos de classe (ENS01).

A ideia é que eles tenham esse contato fluido, mas que não fiquem assoberbados de reuniões porque aí se torna um negócio que “Cara, não tenho mais tempo de ser representante de turma” (ENS02).

No que tange às atividades desenvolvidas, a participação nos conselhos de classe teve destaque, sendo vista como uma oportunidade para expressar preocupações e sugestões, pois é um canal de comunicação formal.

Nas relações estabelecidas no contexto escolar os conflitos podem surgir, especialmente em situações de questionamento da metodologia de aulas ou em casos de divergências de opinião entre o representante e a turma representada. Os conflitos surgem também durante os conselhos de classe, onde críticas dos alunos podem gerar desconforto entre professores e orientadores. Nessas situações em que expressam discordâncias, existe um papel desenvolvido pelas orientadoras de mediação, de orientação sobre a forma de comunicação. A intervenção parece como uma forma de mediar os conflitos, esclarecer mal-entendidos. Todavia, é preciso estar atento para que não auxilie como uma esfera de controle nessa relação.

Antes do conselho, a gente promove uma reunião com eles, para prepará-los para a participação deles. Geralmente desenvolve um formulário e, às vezes com sugestões deles mesmo, o que vai entrar de perguntas nos formulários para eles fazerem um levantamento com a turma de aspectos positivos e negativos que aconteceram durante o período, o que eles sugerem que pode melhorar, o que eles acham foi ruim o que foi bom. E aí a gente prepara isso com eles antes para a participação deles no conselho de classe [...] Nesse momento que o orientador diz para ele “ô desse jeito eu acho que não é legal você falar”. Eles trazem o formulário antes para conversar com a gente, antes da participação... E aí está lá “Professor tal éééé”... expresso de um jeito que a gente fala: “Desse jeito não dá para levar, não podem falar dessa maneira”. E aí às vezes o representante: “Aaaa vocês estão tirando a voz da gente”... A gente [diz] não. Então, isso é conflito, mas eu acho que faz parte do próprio processo de orientação (ENS01).

Então geralmente a gente conversa com eles no intuito de prepará-los pra que eles entendam que um diálogo saudável, é um diálogo que né tem que ter um respeito, você tem que falar as coisas se colocando no lugar do outro, né? Eu acho que isso também ajuda no amadurecimento, né? Você tem que ter um filtro, você não vai sair por aí dizendo determinadas coisas sem pensar que aquilo pode ter consequências ruins. Então são várias formas de dizer a mesma

coisa e sempre pensando que o objetivo é que você tenha sucesso e não que você ééé piore a relação (ENS04).

Algumas cobranças feitas pelos representantes são referentes a situações que os orientadores não podem resolver, o que evidencia a necessidade de esclarecimento sobre as responsabilidades de cada setor do colégio. Como descrito no seguinte fragmento:

Eles cobram muito a gente, mas às vezes eles cobram coisas que não cabem a gente. Então, às vezes é um pouco complicado, mas a gente tem sempre um diálogo muito bom [...] Então, às vezes, eles... é tem alguma questão com o docente “ah professor ele deu uma prova e não cobrou, cobrou a matéria tal e não é pra cobrar”. Só que a gente agora não faz mais supervisão. A supervisão agora fica com a direção pedagógica, então, a gente tem que encaminhar. E aí eles ficam às vezes assim, “ah, pessoal do SOEP não resolveu o meu problema”. A gente encaminhou para direção, mas quem vai solucionar aquilo é a direção e às vezes eles não veem esse trâmite. Então eles acham que a gente não resolveu aquilo, a gente tem que chegar lá neles e falar, “não, a gente passa pra direção, cê tem que cobrar agora a outra pessoa que é responsável pelo processo” (ENS03).

Todavia, a relação entre as partes é retratada como mais colaborativa do que conflituosa, a procura dos orientadores pelos representantes reflete uma relação de interlocução e a importância de manter o respeito.

Eles costumam procurar o SOEP, vir aqui relatar situações às vezes em sala, situações que eles acham às vezes importante registrar. Procurar para mediar alguma situação da turma, que eles acham que é necessário. “Aaa tal aluno, tá sumido. Queria vim aqui te falar”, coisas assim, é bem legal (ENS02).

É uma convivência assim... de diálogo constante, Se sentem muito à vontade sempre que eles ééé sentem a necessidade de conversar, de perguntar ou de sugerir alguma coisa eles vem aqui (ENS04)

A relação entre os dois grupos de análise parece ser geralmente positiva, marcada por uma abordagem colaborativa para gestão de tarefas escolares e para lidar com questões pessoais e de convivência na turma. Alguns descrevem a interação com a profissional do SOEP como sendo tirar dúvidas e obter informações sobre questões práticas do dia a dia.

Na interpretação das respostas dos representantes de turma, os conflitos, em específico, incluem desafios com a equipe de determinadas disciplinas. O conflito entre turmas também foi mencionado, mas este teve resolução feita por meio do diálogo entre os representantes, sem a necessidade de intervenção externa. Neste caso, foi apontado o aprendizado de que nem todas as questões podem ser resolvidas e a importância da união e conhecimento mútuo na turma.

Fizeram um mural, porém alguém depredou o mural. Uma questão que teria sido levada pro SOEP ou até mesmo pra direção, porém ela foi tratada de representante pra representante e foi cessada também, não da melhor forma, mas foi cessada. [...] Já acabou porque não tem como achar um culpado de

verdade. Então uma questão que ficou, terminou de uma um pouco amarga, porém não teve mais resultados e proporções (ENRP01)

Assim como foi abordada pelos orientadores, a participação nos conselhos foi mencionada pelos representantes, embora a extensão dessa participação varie, a existência dessas reuniões ressalta um caminho importante de comunicação interna na escola.

Apenas dois dos entrevistados mencionaram que a relação com o SOEP é limitada, com pouca interação, até o momento da pesquisa (ENRP06 e ENE01). Sendo assim, o ENRP06 não tinha tido a necessidade de levar demandas para o setor. Já em relação a egressa, a mesma mencionou que a relação era para questões administrativas.

Na verdade, as pessoas só lembravam que era representante quando chegavam lá com as provas para eu entregar. Então assim, não tinha muito problema e qualquer a votação que precisasse... Às vezes o professor falava, “ah, divide aí os grupos”. Mandava o representante cuidar, eu vou ali pra tomar um café. E aí, a gente cuidava, era super tranquilo, sabe? Eu não tive conflitos internos não (ENE01).

Com base nas entrevistas realizadas, é possível destacar uma complexidade nas demandas dos representantes em relação ao SOEP, variando de acordo com a série e as características específicas do grupo. Na terceira série do EMI, expressam uma preocupação significativa com a preparação para o Enem e o ingresso no Ensino Superior. As demandas incluem a solicitação de mais aulas de reforço, intervenções junto aos professores e organização de passeios para conhecer as faculdades. Já as demandas comuns a todas as séries incluem mediação de conflitos entre estudantes, questões relacionadas a docentes (metodologia, relacionamento), solicitação de ajustes de aplicação de provas, de prazos. O SOEP, nesse contexto, atua principalmente como mediador em conflitos dentro da sala de aula e nas questões de relacionamento entre estudantes e professores. As intervenções são direcionadas à mediação e encaminhamentos a setores adequados do colégio. O conjunto de narrativas abaixo aborda sobre esse aspecto:

Às vezes quando há questões principalmente com os docentes. A turma está sentindo alguma dificuldade com algum docente, o representante é quem realmente vem ao SOEP trazer as questões, eu acho que é uma das coisas que eles atuam bastante, é em trazer, compartilhar as dificuldades que a turma está sentindo em relação a algum docente (ENS01)

Às vezes eles vem trazer queixa entre eles e o SOEP faz a mediação. Chama e senta a turma aqui, “vamos conversar para saber”... a gente tem feito menos do que gostaríamos porque nós somos poucos, são 44 turmas né e os conflitos são muitos, muitos. Então, um trabalho de prevenção que a gente deveria fazer não está conseguindo. Está mais apagando incêndio. Mediando, atuando na mediação de conflitos com muita frequência (ENS01)

A gente pergunta se eles têm alguma sugestão de melhoria, tanto pedagógica quanto física. Fica separado no campo daquilo que se pode fazer fisicamente na escola e aquilo que é do campo pedagógico. E eles sempre falam o que poderia ser diferente, quanto situações muito delicadas, tipo um docente específico. Eu deixo espaço para eles falarem, mas eu sempre pergunto antes do que se trata, que eles podem trazer para mim e explico que não há problema deles mencionarem dificuldades de relacionamento desde que eles sejam educados ao fazer isso e saibam comunicar. Porque não existe um ambiente que eles vão trabalhar ou estar que não vai ter dificuldade, não vai ter uma situação mais complicada de resolver, mas existem formas de você falar sobre isso e formas de você expressar o seu incômodo. Então, faço essa orientação (ENS02)

Os profissionais do SOEP mencionaram que incentivam a autonomia dos alunos, especialmente no diálogo direto com os docentes.

Assim, uma das coisas que a gente tenta conversar muito com alunos é pela autonomia de diálogo com o docente. Então, eles estão abertos a ouvir e etc. Então, geralmente, a gente incentiva que eles conversem mesmo que eles vêm aqui pedir. A gente diz “mesmo assim, conversa com o professor, fala sobre isso, busca essa abertura”. Autonomia de resolver situações que são deles através deles mesmo (ENS02).

No contexto do EMI, as demandas dos representantes estão relacionadas à origem socioeconômica dos estudantes. Alguns enfrentam dificuldades em acompanhar o currículo e buscam apoio, tanto acadêmico quanto emocional, outros para acabar com dúvidas sobre questões burocráticas e organizacionais. Há também uma ênfase nas questões de assistência estudantil, abordando carências financeiras. O colégio muitas vezes não tem recursos suficientes para atender a essas demandas, resultando em encaminhamentos para a rede pública de saúde.

Éééé porque são estudantes oriundos de uma camada da sociedade muito carente, carente mesmo. Então, muitos deles pedem para conseguir bolsa da assistência estudantil e como o recurso é pequeno muitos não conseguem. Então, tem muitas dificuldades, tanto de conteúdo, quanto de acompanhar (ENS01).

Tem aumentado também muitos estudantes com problemas emocionais, com depressão, muita coisa nessa área e a gente não tem um psicólogo na escola. Então, a gente atende e encaminha sempre, junto com a assistência estudantil muitas vezes. Encaminha para a rede pública que existe né porque essas pessoas muitas vezes não têm como pagar, precisa... Então, tem muita carência em grande parte desses estudantes (ENS01).

Apenas um representante informou que preferia ir direto na direção para resolver demandas do que ir ao SOEP. Já a ex-representante de turma egressa menciona como em alguns momentos percebeu o papel como compulsório. Segundo ela: “Sentia como se eu fosse representante pra inglês ver. Aquela coisa assim, “ah, não, é só pra constar que ela tá ali, se a gente precisar dar algum recado, a gente fala com ela, sabe?”” (ENE01).

4.5.2 A atuação dos representantes de turma

Nesta etapa da análise de conteúdo, baseada nas respostas dos entrevistados, é possível identificar alguns conteúdos relacionados às esferas de atuação dos representantes de turma no cotidiano escolar. De acordo com as orientadoras do SOEP, as esferas de atuação dos representantes de turma no cotidiano escolar são: “participação no conselho de classe”; “mediação”; “solicitação de melhorias”.

A participação no conselho de classe é identificada em várias partes da entrevista, sendo uma atividade que se mostra representativa na atuação deles. Nesse processo, é possível a intervenção em questões pedagógicas, influenciando práticas dos professores, propondo mudanças e atividades. Todavia, a atuação se estende além do conselho de classe, abrangendo mediação. Os representantes, segundo as orientadoras, conseguem interferir efetivamente no espaço escolar, impactando desde questões administrativas e estruturais até práticas pedagógicas.

Com relação às interferências pedagógicas, também consegue, né. Se o representante tem autoridade e consegue fazer as colocações de forma clara e respeitosa, os professores ouvem, eles ouvem eles e interagem junto “Ah bom que você trouxe essa dúvida, vou passar a fazer diferente” (ENS01).

Então, as atividades deles também é contínua porque eles têm esse contato próximo com os docentes. Então, se tem uma coisa para entregar “Ah tem trabalho para entregar tal dia e tal hora, deixa com o representante que depois eu pego”, sabe? Coisas assim. Ou pede para o representante deixar aqui. Então, eles estão em contínua atividade pela relação com o docente, que utilizam muito esse contato com eles (ENS02).

Com isso, solicitação de melhorias diretas como troca de lâmpadas e nutrição são mencionadas, de modo que a atuação é percebida nessas dinâmicas escolares. O conjunto de narrativas abaixo indica mudanças comportamentais consideradas positivas na postura dos estudantes eleitos.

Além do conselho de classe, que é um fórum do representante, a gente estimula esse protagonismo mesmo de levar para a cozinha, por exemplo, falar com a nutricionista, falar com a direção, representar mesmo a turma nas diferentes áreas (ENS01).

Estudantes que eram meio encapetados antes e aí por alguma razão foram eleitos e aí, por terem sido eleitos, eles começam a refletir com relação a... modifica a própria forma de atuar, né, em sala de aula porque é meio como se eles se descobrissem importantes, mais importantes por estarem naquele cargo, por terem sido eleitos.[...] A gente vê como oportunidade justamente de que aquele que não estava em um caminho tão bom possa rever pelo fato de assumir o cargo de representante (ENS01).

Então, “minha sala é muito pequena, somos muitos e tal”, e aí eles vão nesses momentos também, nessas reuniões para estarem juntos e falarem “na minha turma a gente precisa disso e disso”, “na minha turma a gente está enfrentando problema em relação isso aqui físico na escola”, “na minha turma tem um aluno que não está conseguindo...”, sei lá, coisas básicas. “A cadeira, nunca consegue uma cadeira para gente que é canhota” (ENS02).

Se for “aaaa minha sala está muito pequena para a turma, a turma está ficando esbaforida ali e tal”, a gente consegue ver uma outra sala, trocar a turma [de sala] (ENS02).

Por exemplo, nesse momento especificamente, eles trouxeram... várias demandas de discussão sobre temas LGBTQPIA+. [...] E aí, das pequenas coisas que a gente consegue fazer... foi eu e a assistente social no núcleo de cidadania e apoio a pessoas LGBTQPIA+, toda vez me enrolo [para falar a sigla], mas aí a gente foi lá nesse centro e solicitou uma atividade, uma parceria para poder atender os estudantes com essa demanda aqui da escola, que está recente, que eles sentem falta... A ideia é poder trazer essas pessoas para poder dialogar, para poder responder às demandas que eles têm (ENS02).

Já na concepção dos representantes, a atuação deles se centraliza nas questões entre alunos e professores e participação nos conselhos de classe, ou seja, compartilhar informações e mobilizar a turma para ações específicas como problemas relacionados a horários, grade curricular, espaço físico da sala de aula e demandas específicas de determinados alunos. Neste ponto, a egressa compartilhou dessa mesma experiência quando atuou como representante de turma, mas nas respostas enfatizaram “Como representante só na sala de aula mesmo” (ENRP05, ENRP06 e ENE01).

A gente geralmente conversa com o professor, né. [...] Por exemplo, professor de História, sugestão de fazer um passeio pelo centro da cidade ou visitar uma universidade relacionada ao nosso curso de tecnologia (ENRP02)

Além disso, tem professores que a gente consegue reorganizar a nossa grade de horários Teve uma professora que ela conseguiu literalmente mudar toda a nossa grade de horário do ano letivo e tirou um dia de contraturno da gente (ENRP03)

Eu não sou muito de opinar, assim, de falar. Eu só escuto mesmo. E aí eu repasso. Quando é da turma aí eu tenho que falar [risos]. Ah eu me posiciono ééé falando né? O que que a minha turma quer, o que eu acredito que possa melhorar, né? (ENRP04)

As questões relacionadas a melhorias e sugestões para a estrutura do colégio foram mencionadas apenas duas vezes pelos representantes, sendo elas melhorias no vestiário masculino e segurança ao redor do *campus*.

Portanto, a análise destaca que os representantes de turma atuam em demandas de interesses da turma perante professores (por exemplo, falta de comunicação, falta de professor),

conflitos entre pares e com as esferas de gestão do colégio (por exemplo, manutenção e quadro de horário).

Outro ponto de análise se refere a questão se o representante de turma desempenha um papel de protagonismo na escola e as entrevistas demonstram diferentes interpretações. Segundo ENS02, não se limita apenas a questões pedagógicas, mas também inclui a capacidade de interferir na realidade, abrangendo aspectos físicos e pedagógicos.

Em termos de “comunicação” e “tomada de decisão”, nas entrevistas com as profissionais do SOEP, há a necessidade de ouvir/consultar os representantes para tomar decisões que afetam o coletivo de estudantes, por exemplo contribuições sobre o modelo avaliativo e o respeito que os docentes têm referente a essas contribuições.

É ter o direito de reivindicar o que eles acham que seja importante, ter o direito de intervir na realidade. Sugerir o que eles acham que precisa mudar mesmo. Atuar de verdade no que tá acontecendo na escola (ENS04)

O protagonismo seria na capacidade que ele tem de interferir na realidade dele dentro da escola e também no processo educacional dele. Seja em algum aspecto físico da escola como atividades que eles solicitam que tenham ééé e também pedagógicas de sala de aula (ENS02)

Eu acho que eles poderiam participar melhor assim... de uma forma mais firme como protagonistas, mas eles acabam ficando só no âmbito da turma mesmo (ENS03)

Acho que é na escola. Porque eles acabam sendo referência quando dependendo da situação que a gente precisa a gente tem que escutar os representantes e eles passam pros colegas e trazem de volta o que foi discutido. Muitas vezes não tem como você conversar com todos os alunos de todas as turmas (ENS04).

A fim de explicitar e sintetizar as percepções dos próprios estudantes que desempenham o papel de representantes de turma sobre a questão do protagonismo, uma série de opiniões sobre o termo foi selecionada das entrevistas. Para facilitar a visualização, compartilho abaixo um quadro resumo:

Tabela 02 Percepções sobre protagonismo pelos representantes de turma - ano letivo 2022

AMOSTRA	PROTAGONISMO	AMOSTRA	PROTAGONISMO
	PERCEPÇÕES INDIVIDUAIS		PERCEPÇÕES INDIVIDUAIS
ENRP01	"Puxar a frente. Ser alguém... ser alguém que tem voz, ter a voz. [...] eu não sou protagonista porque eu não tenho só uma voz, não sou só eu, é eu e a turma"	ENRP04	"É ser destaque. Destaque entre as pessoas assim. [...] E aí quando falam que eu sou representante, as pessoas já olham de outra forma"
ENRP02	"Estar em evidência ou ser reconhecida por ter essa função"	ENRP05	"Pra mim é quando você está no centro das coisas. [...] a gente não está tipo aqui pra desenvolver esse papel de protagonismo. E sim pra representar os alunos, mas não como uma coisa superior aí"
ENRP03	"Eu acho que todo mundo é igual, independente de qualquer coisa. E eu acho que pro colégio a única diferença é que eu posso pegar a voz da turma e falar, mas isso não significa que eu seja uma protagonista com relação a isso porque além de mim existem várias outras pessoas"	ENRP06	"Ah, protagonista é você ser o centro, né? Ser é o que se destaca, né. Ter o foco. [...] Alunos mais populares [...] Mais ousados, que eles falam mais... acabam sendo os protagonistas"

Fonte: A autora (2024)

Conforme a sistematização do quadro apresentado, é possível observar que ao mencionarem as dinâmicas enquanto representantes de turma na pergunta sobre desempenho de papel de protagonismo, os estudantes expressam a dualidade na percepção de ser protagonista, reconhecendo e negando sua existência ao mesmo tempo que indicam que todos são protagonistas de alguma forma, mas que, como representante dá voz aos interesses da turma. De modo que (ENRP01, ENRP03) enxergam um protagonismo no ambiente da turma como função coletiva, indicando que todos são iguais e seu papel é representá-los de forma colaborativa, como uma posição de apoio sem hierarquia na convivência. Para outros, o conceito está associado a essa função, mas questiona a ideia de ser protagonista em termos de popularidade ou fama na escola, mas que pode trazer visibilidade.

Assim como o entrevistado ENRP05, a egressa ENE01 não considera que desempenhou um papel de protagonismo enquanto representante de turma porque não encontrou espaço para diálogo e, por isso, teve a crença de que não faria a diferença:

Protagonismo é o personagem principal de uma narrativa, né? De uma história, de um caminho pras pessoas. [...] Como representante de turma eu fui muito silenciada e muitas vezes quieta propositalmente, por não por não enxergar realmente ééé espaço pra mudança, pra diálogo (ENE01).

Diante do exposto, as respostas dos entrevistados proporcionam a identificação de divergências relacionadas ao protagonismo, abordando a distinção entre o protagonismo percebido dentro da turma e na escola como um todo. Alguns pensam que ser protagonista tem um caráter individualista, que o protagonista é aquele que decide por si e, como representante ele representa uma decisão do grupo. Na análise dos dados é possível perceber que atuam como protagonistas, mas não têm conhecimento sobre o significado do termo.

4.6 Impactos na relação estudante-escola e desdobramentos para o futuro

A fim de compreender se o papel de representação de turma gera desdobramentos no futuro dos estudantes, a percepção dos orientadores educacionais demonstra uma evolução relacionada às habilidades sociais. Não há menção direta associada ao papel de representante de turma e rendimento escolar.

Não tem a ver com ser estudante nota dez nas provas e no conselho. Tem muito mais a ver com comportamento de cidadão, eu vejo muito o cargo de RP como uma forma de forjar cidadãos participantes, cidadãos que saibam olhar ao seu redor, ver os problemas e soluções e se sentir mobilizado a participar, construir soluções para os problemas (ENS01)

Os estudantes que se tornam representantes de turma experimentam mudanças positivas na autoestima ao perceberem que a instituição confia neles para assumirem esse papel e, essa confiança, pode influenciar positivamente a autoimagem e a perspectiva sobre as próprias capacidades.

Geralmente dá a eles uma nova imagem de si mesmo, realmente atua na autoestima. Alguns falam que nunca tinha se imaginado nessa posição, mas depois viu que tinha jeito e tal. E dá uma perspectiva maior, você é capaz de fazer isso (ENS02)

Sendo assim, ocorre o protagonismo na tendência de desinibição ao longo do tempo, onde começam a demandar e trazer propostas, reivindicar e expressar opiniões, defender pontos de vista e participar na mobilização dos colegas de turma e interação com professores e orientadoras. A interação no conselho de classe é citada como um contexto onde os estudantes desenvolvem habilidades de deliberação. Em alguns casos, a trajetória como representante de turma leva a uma participação em outras esferas estudantis, como no grêmio e atuação no Conselho Superior (CONSUP).

Já na percepção da egressa sobre si, mencionou que não percebeu mudanças em seu próprio comportamento porque sempre buscou “dar o máximo em sala de aula”. Todavia, percebeu mudanças no outro colega com quem compartilhava esse papel. O exemplo mencionado foi um estudante no Transtorno do Espectro do Autismo, que se tornou representante e demonstrou uma mudança significativa em seu comportamento ao expressar para ela a necessidade de se comportar de maneira mais centrada porque percebeu que ser representante de turma implicava em uma responsabilidade e visibilidade de "tenho que mostrar para as pessoas que eu sou representante".

As respostas das servidoras do SOEP indicam que, ao longo do processo de representação, a participação em conselhos de classe contribui para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a capacidade de representar o grupo, ouvir atentamente e lidar

com situações desafiadoras. Ficou evidente a compreensão de que representar não se resume a expressar suas próprias opiniões, mas envolve transmitir as opiniões coletivas do grupo de alunos representados.

A observação do crescimento pessoal dos estudantes na maneira de se expressarem foi feita pelas orientadoras educacionais. A habilidade de comunicação de opiniões de maneira construtiva, mesmo ao receber críticas não positivas sobre a turma no conselho de classe é um aspecto mencionado:

[...] não, mas isso sou eu que penso, a turma disse isso”. Conseguem fazer a diferença entre a própria opinião e a representação do grupo de alunos da turma, das opiniões que a turma traz. Eu acho que há um crescimento pessoal, no sentido de ter coragem para se colocar, pois as vezes não é muito simples não. [...] desenvolver essa habilidade, sem criar conflito, sem ser agressivo... (ENS01)

Ééé, então, algumas coisas eu já falei, né. Questão de organização, a questão de comunicação com outras pessoas em um ambiente que é mais formal, o cuidado que se deve ter ao comunicar com as pessoas. Entendimento de que existe a possibilidade de você comunicar aquilo que você gostaria de comunicar, mas existem formas para isso (ENS02)

Se sentem assim mais confiantes, mais responsáveis porque eles tão meio que tomando conta de um grupo de alunos também ajudando, né? A fazer essa troca de informações (ENS03)

Aprendem a ser porta-vozes, como você repassar ééé questões de um grupo pra outras instituições. Eles aprendem que eles precisam intervir na realidade né? Não aceitar tudo, que eles têm que ser questionadores (ENS04)

Enveredando por esses pensamentos, na percepção dos estudantes, em relação à experiência como representante de turma ser importante para sua formação como ser humano, as menções comuns em relação a esse tema envolve “Liderança”, “Responsabilidade” e “Desenvolvimento pessoal”.

Os termos aparecem como benefícios da experiência de representação para diferentes áreas da vida, incluindo o desenvolvimento para o ambiente profissional. O papel de representante é visto como desafiador, sendo exemplificado momentos de colocar-se a frente de situações para manejo de problemas. Ao mesmo tempo, oferece oportunidades significativas de crescimento e de aprendizado, impactando positivamente na formação do senso de pertencimento, de empatia e desenvolvimento da habilidade de comunicação, superando a timidez e a distração. Abaixo alguns trechos significativos para exemplificar as ideias mencionadas:

É bom porque cria um senso de **liderança**, um senso de comunidade, você tá com a turma, você tá com

alguém. E depois você perceber que não é só a turma [...] uma **responsabilidade** nova com as pessoas (ENRP01)

Gostei da **responsabilidade, liderança e lidar com pessoas**. Acho que isso é importante pra você em sociedade desenvolver isso em seu ambiente profissional, por exemplo (ENRP02)

Eu acho que é questão de **comunicação**, de saber lidar com outras pessoas, de tentar, querendo ou não, resolver os problemas de outras pessoas (ENRP03)

Eu desenvolvi, desenvolvi muito a questão de conseguir **ouvir as pessoas**, sabe? (ENRP04)

Eu acho que está nesse cargo conseguir **me por mais** a frente das coisas (ENRP05)

Então, eu tive mais... mais **responsabilidade**, não só com a turma, mas comigo mesmo. Mais disciplina (ENRP06)

A egressa destacou aprendizados provenientes da sua experiência como representante, como por exemplo, a abordagem e compreensão de processos judiciais e isso teve impacto na sua orientação profissional.

Na análise de conteúdo das respostas das profissionais do SOEP relacionadas à formação dos estudantes e o impacto no âmbito profissional, em todos os trechos, destaca-se a importância da atuação de representante de turma na formação não apenas de profissionais competentes, mas como um caminho para o desenvolvimento de uma consciência coletiva e para a capacidade de interferir na realidade como cidadãos. De modo que as experiências durante a atuação são percebidas no desenvolvimento de habilidades interpessoais, liderança e confiança. Ao pensar acerca da perspectiva profissional, os estudantes explicitam a forma como refletem sobre este tema: situações como pedir estágio, apresentar propostas e a postura nos conselhos de classe.

Com certeza, atuação profissional e para o próprio exercício da cidadania. Às vezes é um problema no bairro dele, saber que ele pode ser porta-voz né de uma comunidade, o cerne dessa informação ele já teve aqui. [...] A formação dele como estudante é muito individual, mas o cargo de representante na estrutura da escola eu acho, eu acho não, tenho certeza, é uma prática que incentiva a construção melhor do coletivo porque é uma pessoa, um estudante, que é formado para pensar os problemas da turma e da escola. Então, ele individualmente está se formando um cidadão mais participante e está interferindo no coletivo (ENS01)

ser escutado de igual para igual, você já precisa ter uma postura que seja mais madura. Então, geralmente esses estudantes, eles acabam adotando uma postura que é muito mais madura, respeitosa e profissional [...] Se ver em um papel de liderança, possibilidade de estar mediando situações dentro da sala, mas que poderiam futuramente ser de uma equipe (ENS02)

Consegui um emprego por exemplo, eles podem demonstrar que são confiantes, ter essa responsabilidade, porque eles já vivenciaram alguma coisa parecida com liderança de equipes, por exemplo. [...] Já tiveram vivências de trazer

demanda, propor situações, participar de conselho de classe que só os representantes. [...] eles veem pessoas que estariam acima deles e eles conseguem dialogar de uma forma mais fácil. Eu acho importante pra ele (ENS03)

É possível identificar contribuições para a formação integral no modo como a atuação de representante proporciona experiências que contribuem para o desenvolvimento da confiança, responsabilidade, respeito e liderança, demonstrando um compromisso durante a atuação e contribuindo para seu desenvolvimento profissional. Portanto, sugere a interconexão entre a atuação profissional e o exercício da cidadania, estabelece uma conexão entre as experiências práticas vivenciadas pelos estudantes e sua preparação para situações profissionais.

Segundo os representantes de turma, a atuação contribui para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, incluindo comunicação, lidar com pessoas diferentes e trabalho em equipe. Além disso, a importância de manter uma postura responsável, independentemente das circunstâncias pessoais e a capacidade de se adaptar a diferentes contextos e ajustar o comportamento conforme necessário foram destacadas por mais de um entrevistado.

Não importa se tá tudo desabando ao seu lado, você tem que tá lá pra ouvir a turma, você tem que tá lá pra dizer o que a turma precisa fazer, não importa se vai ser a coisa mais dura ou pior que os puxões de orelha. Você precisa ter essa integridade, essa responsabilidade de fazer as coisas. [...] saber trabalhar em geral, lidar com as pessoas (ENRP1)

Por exemplo, ter responsabilidade. É questão da liderança, por exemplo. Lidar com pessoas, lidar com as pessoas da sua turma, diferente de você. Então, eu acho que essa função me ajudou em muitos aspectos (ENRP2)

Aprender a ouvir, aprender a falar, aprender a levar os problemas de um de um polo pro outro. [...] Você vai ter que se comportar de outra maneira, falar de outra maneira, agir de outra forma (ENRP3)

Pode melhorar o meu contato com as pessoas (ENRP4)

Me posicionar e de ser mais responsável com as coisas que eu lido (ENRP5)

A questão da disciplina, responsabilidade, trabalhar em equipe, resolver conflito (ENRP6)

Os trechos acima demonstram o protagonismo assumido pelos representantes de turma. Por fim, nas respostas da egressa destaca-se uma jornada pessoal de desenvolvimento político e social influenciada pela experiência escolar, uma formação integral advinda da atuação como representante de turma que impactou sua condição de vida enquanto trabalhadora, com os seus vínculos políticos e culturais. A conexão entre essa trajetória e a escolha da área de atuação profissional é mencionada, principalmente pela compreensão de complexidades sociais e

políticas, como combater injustiças, compreender dificuldades alheias e acesso a diferentes perspectivas de determinados assuntos, principalmente em processos políticos. Reconhece a influência do ambiente escolar na formação de opinião, mas também ressalta a importância de questionar e buscar entendimento por conta própria.

Embora haja alguns termos específicos para determinados grupos, as categorias mencionadas indicam uma convergência nas percepções sobre os benefícios da atuação como representante de turma para o desenvolvimento pessoal e profissional. Sendo assim, a análise indica como a representação potencializa o protagonismo e atua positivamente em caminhos que direcionam a formação integral dos estudantes, contribuindo para aspectos em todas as áreas da vida.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A dissertação resultou em um produto educacional para além da banca, em algo que circule nos ambientes do colégio após a defesa e contribua na atuação dos representantes de turma. Os jogos foram construídos como um recurso que contribua na representação de turma dos estudantes do Ensino Médio integrado (EMI) à educação profissional que ingressam no Colégio Pedro II nesta etapa da Educação Básica e não têm conhecimento sobre essa esfera representativa e dos setores do colégio. Os dados coletados na pesquisa do mestrado demonstraram informações sobre o processo de eleição dos representantes, mas com dúvidas sobre as práticas de atuação destes no cotidiano escolar. Sendo assim, o que proponho com os jogos, parte desta lacuna.

A ideia inicial para o produto educacional era a construção de uma cartilha digital que respondesse dúvidas identificadas nas entrevistas, porém, pelo fato da palavra cartilha associar a ideia de algo prescrito e passivo, após uma conversa com a orientadora, optamos pela mudança para jogos, pois identificamos como uma possibilidade de caminho atrativo e que amplia a utilização no cotidiano escolar. Os jogos, “Trilha formativa” e “Quiz dos setores”, são jogos independentes que potencialmente podem contribuir como recurso de informação e expansão das experiências de participação dos estudantes como representantes de turma, sendo um incremento no processo de formação integral.

A partir desse contexto, os jogos são uma contribuição de material textual salvo em formato *PDF* e disponibilizado para impressão, um tipo “*print-and-play*”¹⁵. O produto educacional integra a dissertação de mestrado intitulada “Representantes de turma: contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo” resultado da pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A fim de explorar a realidade relatada nas entrevistas do *campus* em que ocorreu o estudo, foram elaborados os dois jogos: Trilha formativa e Quiz dos setores. O objetivo é contribuir com o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral dos representantes e a dinâmica da atuação no cotidiano escolar, além das atribuições dos setores de organização do colégio. Esses jogos se destinam, preferencialmente, aos estudantes do EMI, mas os jogos podem ser direcionados a utilização também de interessados nessa temática e na candidatura para representante de turma no ambiente escolar do Colégio Pedro II.

¹⁵ São jogos de mesa em geral que podem ser impressos em uma impressora caseira, montados com materiais simples ou emprestados de outros jogos.

A produção dos jogos é em parceria indireta com os sujeitos da pesquisa que, com suas histórias, experiências e demandas como representantes ou orientadores do SOEP, foram facilitadores dos caminhos a percorrer para a construção do produto educacional.

A plataforma utilizada para a criação do tabuleiro e para confeccionar os demais componentes dos dois jogos é *Canva*. Além da impressão no colégio, o jogo também poderá ser impresso em gráfica para maior durabilidade do material. As imagens presentes nos jogos foram retiradas dos sites: <https://br.freepik.com/>, <https://icon-icons.com/pt> e <https://www.flaticon.com> e não possuem direitos autorais, podendo ser usadas livremente.

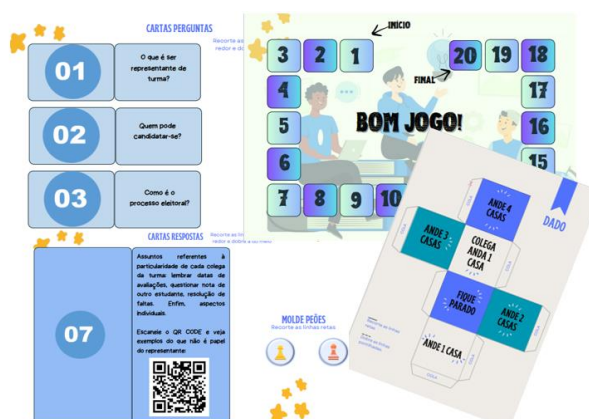
O conteúdo deste livro busca atrair os destinatários a partir de linguagem que visa ser facilmente entendida por eles e despertar o envolvimento por meio da interação com exemplos de situações familiares, mas que busca estimular uma mudança de olhar e ação, sugerindo caminhos possíveis diante do desconhecido e conteúdos que possam auxiliar os futuros eleitos à representação.

5.1 Trilha formativa: representante de turma

O jogo “Trilha formativa: representante de turma” é em formato de tabuleiro elaborado inicialmente no programa *PowerPoint* para ser utilizado em computador ou telefone móvel, mas devido a problemas de falta de acesso à internet e tecnologia que pode acometer o *campus* e uma parcela de estudantes, foi alterado para impressão.

O jogo “Trilha formativa: representante de turma” é composto por um tabuleiro com vinte casas e elaborado para dois jogadores. Além de um dado, possui dois peões, nove cartas com perguntas numeradas e nove cartas com as respostas correspondentes referentes a questões sobre representantes de turma.

Figura 03 - Conteúdo do jogo - Trilha formativa: representante de turma

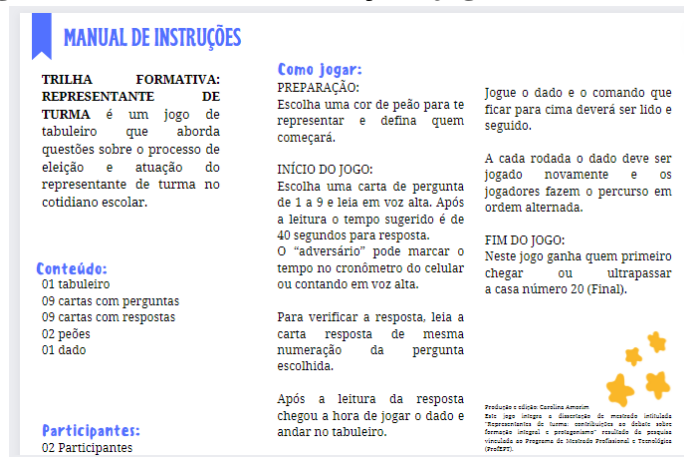


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para iniciar o jogo é necessário que cada jogador escolha uma cor de peão para utilizar durante a sessão e defina quem começará. Cabe ressaltar que no material eu coloquei as figuras de peões, mas para desempenhar a mesma função podem ser utilizados outros materiais reciclados como, por exemplo, tampinhas de garrafa. Todos os jogadores começam de fora da trilha, antes da casa de número 01 e a sequência do jogo é seguida pela ordem deliberada

Como jogar a *Trilha*? Essa pergunta será respondida por meio do manual de instruções. Como mostra a imagem a seguir:

Figura 04 - Manual de instruções, jogo Trilha formativa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O manual foi confeccionado para auxiliar a utilização do jogo de forma correta pelos estudantes e, assim, atingir os objetivos propostos com esse produto educacional.

O primeiro jogador escolhe uma carta com pergunta e o segundo jogador faz a leitura. O tempo sugerido é de 40 segundos para ler e verificar se a resposta está correta. A pergunta e a resposta já lidas devem ser guardadas para não serem repetidas. Algumas cartas possuem QR CODE que redirecionam para vídeos no Youtube com temáticas que podem auxiliar no cotidiano escolar.

Em seguida, é hora de jogar o dado para verificar quantas casas se deslocarão no tabuleiro. O dado é concebido com seis comandos e basta o jogador jogá-lo para cair em um comando. O comando que ficar virado para cima deve ser lido e seguido.

Para movimentar o peão no tabuleiro, basta pegar a figura impressa do peão na cor que selecionou no início do jogo e contar a quantidade de casas mencionadas no dado. Depois é a vez do segundo jogador seguir as orientações na ordem mencionada acima. Vale evidenciar: a rodada o dado deve ser jogado novamente e os jogadores fazem o percurso em ordem alternada. Neste jogo ganha quem chegar primeiro ou mais próximo da casa número 20 ou ultrapassá-la.

5.2 Quiz dos setores

O jogo “Quiz dos setores” foi construído a partir de modelos na plataforma *Canva*, mas com *layout* modificado para adequar-se ao contexto da pesquisa. A identificação de dúvidas, que surgiram ao longo da etapa de entrevista por parte da amostra de atuais representantes de turma do EMI e de egressos, referente aos setores do colégio para resolução de demandas e exposição de reivindicações. Sendo esta a motivação para desenvolvimento deste jogo para que o estudante possa ter respostas às suas dúvidas e conhecer informações referentes ao tema.

Figura 05 - Conteúdo do jogo: Quiz dos setores.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O jogo é individual e o jogador percorre todo o quiz respondendo perguntas sobre situações do cotidiano escolar e atribuições dos setores do colégio. O jogo é composto por dezessete cartas numeradas e com o total de cinco perguntas. As respostas aparecem na carta posterior à pergunta e, nessa mesma carta, há QR CODE que redireciona ao site oficial do colégio ou canal do campus para obtenção de mais informações sobre o setor mencionado na pergunta. Na última carta do quiz há outros setores do colégio que não foram mencionados nas cartas de pergunta e os jogadores podem escanear o QR CODE para serem redirecionados à página de cada um para obterem mais informações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, e apresentados neste trabalho, considero que apesar dos estudantes representantes de turma apontarem divergências sobre a questão do exercício como protagonismo, as atividades relatadas no cotidiano escolar demonstram uma postura de protagonistas. Esta perspectiva pode ter relação com não domínio do conceito por parte deles, mas o protagonismo pode ser percebido quando assumem um papel ativo no ambiente da sala de aula e em outras áreas para interlocução, assumem responsabilidades coletivas e posicionamento em esferas do colégio, compreendendo a importância da participação como forma de organização social e possibilitando a construção de seu próprio processo de formação.

Os estudantes do Ensino Médio integrado passam a maior parte do seu tempo no espaço da sala de aula. Então, é possível estabelecer uma analogia que se ele consegue ser protagonista naquele espaço, possivelmente também pode conseguir ser fora do contexto escolar. A sala de aula é significativa para o estudante, ali também estabelece relações que serão replicadas em outros ambientes.

Com relação à formação integral, as percepções dos participantes sobre as oportunidades de participar das discussões pedagógicas da instituição, interagindo dinamicamente com docentes, coordenadores, técnicos-administrativos, chefes de departamento e diretores mudaram. Antes alguns estudantes não tinham conhecimento a respeito do que seriam essas relações e muito menos se portavam à frente da turma e desses profissionais no colégio. Porém, após serem eleitos e durante a atuação como representantes observaram o desenvolvimento em aspectos que talvez não teriam se não fossem representantes e, se mostraram receptivos a essa nova perspectiva de formação em que avaliam o que está ou não funcionando, propõem formas de organização, ajudam a conduzir e solucionar processos no ambiente da sala de aula e fora dela.

Assim, ao afirmar que houveram mudanças nas percepções dos participantes ou que existiram indícios de desenvolvimento, não significa que ocorreu com todos os estudantes ao serem eleitos e exercerem o papel como representante de turma. Entretanto, esses estudantes tiveram um contato inicial com essa dinâmica que pode gerar um processo de reflexão que, por sua vez, pode ocasionar uma admissão dessa experiência na educação como formação tanto técnica quanto cidadã.

Sendo assim, acredito que a pesquisa alcançou seus objetivos, tanto geral como específicos, de modo que além de analisarmos quais as práticas e as estruturas que perpassam a eleição e atuação dos representantes de turma no cotidiano escolar, foi possível identificar

aspectos das implicações geradas pelos aprendizados que reverberam em outras áreas da vida, que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho desses estudantes do EMI.

Por fim, esperamos que os resultados dessa pesquisa, e o produto educacional que foi elaborado, possam ser úteis para o desenvolvimento e melhoria da EPT, em especial para os representantes de turma do Ensino Médio Integrado e demais estudantes interessados nas questões e na candidatura sobre representante de turma no ambiente escolar do Colégio Pedro II, colaborando para a formação integral de cidadãos conscientes dos seus papéis enquanto futuros profissionais e seres sociais. Tendo em vista que, as habilidades aprendidas fazem parte do processo educativo para a vida, não apenas no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 77, p. 53-61, 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1042/1050>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELISÁRIO, G. Entre representantes e fofoqueiros. **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**, v. 1, n. 45, p. 359-372, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/28651>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 de set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 jun. 2021.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Protagonismo juvenil - Recursos para ações educativas. (26 min 21 seg.). Exibido no canal MultiRio, programa Conceito e ação, 2012. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/7314-protagonismo-juvenil-2>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, p. 1-20, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49, jan.-abr, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nDS3v6XBFdjG3jQGLRk687m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2022.

COLÉGIO PEDRO II. **Código de Ética Discente**: direitos e deveres do corpo discente. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ocolegio/etica/CODIGO_DE_ETICA.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

COLÉGIO PEDRO II. **Código de Ética Discente**: direitos e deveres do corpo discente. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/JUN/codigo_etica_discente.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

COLÉGIO PEDRO II. **História do campus**. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/tijuca2/>. Acesso: 15 jan. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria no 4.112, de 20 de dezembro de 2018**. Define o perfil profissional e estabelece os objetivos e as atribuições da Coordenação de Orientação Educacional e Pedagógica (COEP) e do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Fev/Portaria%204112.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

FERRETTI, Celso João. A Reforma do Ensino Médio: desafios à Educação Profissional. **Holos**, v. 4, ano 34, p. 261-271, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6975>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FERRETTI, Celso J. ; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200007>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em: 31 jul. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Nós da Educação - Gaudencio Frigotto (parte 2 de 3). TV Paulo Freire, 2008. (18 min 53 seg). Publicado pelo canal Educa Play no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2t164NIOYF4>. Acesso em: 31 jul. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **A formação do cidadão produtivo: A cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Inep, 2006, p. 55-70. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_profissional_tecnologica/a_formacao_do_cidadao_produtivo_a_cultura_de_mercado_no_ensino_medio.pdf. Acesso em: 05 mai 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, H. da; CONCEIÇÃO, M. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005, p 19- 62.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, p. 117-149, out. 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1151>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

STAMATO, Maria Izabel Calil. **Protagonismo juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17308/1/Maria%20Izabel%20Calil%20Stamato.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SOEP

A.1- DADOS PESSOAIS

01. Qual o seu nome?
02. Conta um pouco sobre a sua formação, percurso profissional e a função/cargo que exerce no Colégio Pedro II - Tijuca II.
03. Há quanto tempo trabalha no Colégio Pedro II? E há quanto tempo no campus Tijuca II?
04. Quais turmas que orienta atualmente?

B.1- PROCESSO DE ELEIÇÃO

01. Como funciona o processo de eleição dos representantes de turma? Existe alguma participação do grêmio estudantil nesse processo?
02. Quais documentos institucionais norteiam o processo de eleição dos representantes de turma e suas práticas? Quais as ferramentas de comunicação utilizadas para apresentar aos estudantes e fomentar a sua participação?
03. A eleição possui o mesmo formato ao longo dos anos ou sofreu modificações? Quais?
04. Existe uma preparação dos estudantes antes de abrir esse processo e se candidatarem?
05. Existem desafios nesse percurso de eleição? Quais problemas costumam existir?
06. Algum estudante já solicitou dispensa durante o mandato de representante de turma? Por quê? Como é o procedimento?

C.1- REPRESENTAÇÃO

01. Qual a importância, em sua opinião, do representante de turma?
02. Quais as características dos estudantes que costumam se candidatar para representante de turma? Considera que existe um perfil de estudante que ocupa essa função?
03. Como é a convivência entre os estudantes representantes de turma com o SOEP? Há conflitos? Se sim, pode contar sobre eles? É uma relação permeada por diálogos? Costumam fazer reuniões? E, como caracteriza a relação dos representantes com os estudantes da turma que representa?
04. Após eleitos, quais são as esferas de atuação dos representantes de turma no cotidiano escolar? Quais espaços participam por estarem nesse papel? Em que medida interferem efetivamente no espaço escolar (estrutura, organização, propostas, relacionamento)? Qual a dinâmica dessa participação?

05. Em quais situações é mais acionado pelos representantes de turma? Quais as demandas que mais chegam aqui?
06. Você percebe mudanças (atitudinais e no rendimento escolar) nos estudantes que se tornam representantes?
07. De que maneira ser representante de turma pode ser importante para a formação dos estudantes? Por quê? O que aprendem e/ou desenvolvem a partir dessa representação?
08. Você considera que os estudantes representantes de turma desempenham um papel de protagonismo na escola? Por quê?
09. Considera que ser representante de turma contribuirá para atuação profissional? De que maneira?

D.1- CONSIDERAÇÕES FINAIS

01. Um guia com informações e orientações poderá contribuir positivamente no conhecimento sobre as práticas e as esferas deliberativas coletivas dos representantes de turma aos futuros eleitos à representação?
02. Aceita participar da avaliação do produto educacional que será realizado após a finalização desta etapa da pesquisa?
03. Gostaria de fazer algum comentário que não tenha sido contemplado nas perguntas? Há algum aspecto que gostaria de destacar?
04. Autoriza a utilização das respostas dessa entrevista de forma anônima na pesquisa?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTUDANTES ATUAIS REPRESENTANTES DE TURMA OU SUPLENTES

A.2- DADOS PESSOAIS

01. Qual o seu nome completo e a sua idade?
02. Há quantos anos estuda no Colégio Pedro II?
03. É representante de turma ou suplente de qual turma/curso técnico?
04. É a primeira vez que exerce essa função? Caso não, quantas vezes já foi eleito?

B.2- PROCESSO DE ELEIÇÃO

01. Como soube do processo de eleição para representante de turma?
02. Como foi o processo em que foi eleito representante de turma?
03. Por que se candidatou? Tinham outros candidatos na sua turma?
04. Teve acesso a documentos institucionais informativos sobre o processo de eleição dos representantes de turma e suas práticas? Quais?
05. Existiu uma preparação dos estudantes antes de abrir esse processo e se candidatarem? Como foi?
06. Caso a resposta seja não, para as perguntas 4 e 5: Considera que se existissem teriam ajudado na preparação para exercer as demandas dessa função e as possibilidades de atuação no espaço escolar?

C.2- REPRESENTAÇÃO

01. Qual a importância, em sua opinião, do representante de turma? Quais os melhores aspectos (fatos, histórias, aprendizados) de ser representante de turma? E quais não são tão bons?
02. Quais as características dos estudantes que costumam se candidatar para representante de turma? Considera que existe um perfil de estudante que ocupa essa função?
03. Como é a convivência entre os estudantes representantes de turma com os profissionais do Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP)? Há conflitos? Se sim, pode contar sobre eles? É uma relação permeada por diálogos? Costumam fazer reuniões? E, como caracteriza a relação dos representantes com os estudantes da turma que representa?
04. Quais são as esferas de atuação como representante de turma no cotidiano escolar? Quais espaços participa por estar nesse papel? Como é a dinâmica dessa participação? Percebe algum limite quanto à sua participação?

05. Quais as demandas que encontra como representante de turma? Quais os desafios? Como lida com isso? Quais os procedimentos e as esferas acionadas para responder a tais demandas e desafios?
06. Em quais situações recorre ao SOEP?
07. Considera que ser representante de turma é importante para a sua formação como ser humano, em todos os aspectos da vida? Por quê? O que aprendeu e/ou desenvolveu a partir dessa representação?
08. Você considera que desempenhou um papel de protagonismo na escola? Por quê?
09. Considera que ser representante de turma contribuirá para sua atuação profissional? De que maneira?

D.2- CONSIDERAÇÕES FINAIS

01. Um guia com informações e orientações poderá contribuir positivamente no conhecimento sobre as práticas e as esferas deliberativas coletivas dos representantes de turma aos futuros eleitos à representação?
02. Aceita participar da avaliação do produto educacional que será realizado após a finalização desta etapa da pesquisa?
03. Gostaria de fazer algum comentário que não tenha sido contemplado nas perguntas? Há algum aspecto que gostaria de destacar?
04. Autoriza a utilização das respostas dessa entrevista de forma anônima na pesquisa?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA EGRESSOS FORMAS DOS E EX REPRESENTANTES DE TURMA

A.3- DADOS PESSOAIS

01. Qual o seu nome completo e a sua idade?
02. Você trabalha atualmente? Conta um pouco sobre a sua formação, percurso profissional e a profissão/cargo que exerce.
03. Você fez faculdade? Se sim, qual curso e em qual faculdade?
04. Quando se formou no Colégio Pedro II?
05. Foi representante de turma ou suplente por quantos anos? E de qual turma/curso técnico?

B.3- PROCESSO DE ELEIÇÃO

01. Como soube do processo de eleição para representante de turma?
02. Como foi o processo em que foi eleito representante de turma?
03. Por que se candidatou? Tinham outros candidatos na sua turma?
04. Teve acesso a documentos institucionais informativos sobre o processo de eleição dos representantes de turma e suas práticas? Quais?
05. Existiu uma preparação dos estudantes antes de abrir esse processo e se candidatarem? Como foi?
06. Caso a resposta seja não, para as perguntas 4 e 5: Considera que se existissem teriam ajudado na preparação para exercer as demandas dessa função e as possibilidades de atuação no espaço escolar?

C.3- REPRESENTAÇÃO

01. Qual a importância, em sua opinião, do representante de turma? Você poderia destacar quais foram os maiores obstáculos que teve e quais foram os melhores aspectos (fatos, histórias, aprendizados) quando foi representante?
02. Quais as características dos estudantes que costumavam se candidatar para representante de turma? Considera que existe um perfil de estudante que ocupa essa função?
03. Como era a relação entre os estudantes representantes de turma com o Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP)? Havia conflitos? Se sim, pode contar sobre eles? Era uma relação permeada por diálogos? Costumavam fazer reuniões? E, como caracterizaria a relação dos representantes com os estudantes da turma que representava?

04. Quais foram as esferas de atuação como representante de turma no cotidiano escolar? Quais espaços participou por estar nesse papel? Como era a dinâmica dessa participação? Percebeu algum limite quanto à sua participação?
05. Quais eram as demandas que encontrou como representante de turma? Quais eram os desafios? Como lidava com isso? Quais os procedimentos e as esferas acionava para responder a tais demandas e desafios?
06. Em quais situações costumava recorrer ao SOEP?
07. Você percebeu mudanças (atitudinais e no rendimento escolar) nos estudantes que eram representantes? Quais?
08. Ser representante de turma foi importante para o seu processo formativo como ser humano, em todos os aspectos da vida? Por quê? O que aprendeu e/ou desenvolveu a partir dessa representação?
09. Você considera que desempenhou um papel de protagonismo na escola? Por quê?
10. Considera que ter sido representante de turma contribuiu para sua atuação profissional? De que maneira?

D.3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

01. Um guia com informações e orientações poderá contribuir positivamente no conhecimento sobre as práticas e as esferas deliberativas coletivas dos representantes de turma aos futuros eleitos à representação?
02. Aceita participar da avaliação do produto educacional que será realizado após a finalização desta etapa da pesquisa?
03. Gostaria de fazer algum comentário que não tenha sido contemplado nas perguntas? Há algum aspecto que gostaria de destacar?
04. Autoriza a utilização das respostas dessa entrevista de forma anônima na pesquisa?

ANEXO A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa REPRESENTANTES DE TURMA: contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo. Queremos analisar se as práticas e as estruturas que perpassam os representantes de turma no cotidiano escolar contribuem com aspectos que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho dos estudantes do EMI, propondo elaborar como produto educacional um guia com informações e orientações a representantes de turma, construído a partir da análise dos dados coletados.

Os estudantes que irão participar desta pesquisa têm de 14 a 17 anos de idade. A pesquisa será feita no Colégio Pedro II no campus Tijuca II. Durante a pesquisa, será garantido o anonimato ao longo de todo o processo e você concederá entrevista presencial e individual. Para isso, será usado gravador de áudio e serão feitas anotações pela pesquisadora. O uso do gravador de áudio e a realização de anotações são considerados seguros e a gravação será para facilitar a transcrição posterior sem o uso do áudio para divulgação, mas caso sinta algum incômodo em responder algumas perguntas ou de ter suas respostas utilizadas ao longo da pesquisa, tem a garantia de livre recusa em qualquer momento para interromper o processo da entrevista quando desejar e tem a possibilidade de apenas ter as informações utilizadas mediante a autorização. O benefício esperado com os resultados dessa pesquisa é contribuir para a criação de um produto educacional que espera-se que aprimore o conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e na perspectiva de aspectos da formação integral. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações da sua entrevista e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Carolina de Souza Amorim pelo e-mail cs.amorim.cz@gmail.com ou pelo telefone (21) 99358-0336.

Você não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Ninguém ficará irritado(a) ou chateado(a) com você se você disser “não”: a escolha é sua. Você pode pensar nisto e falar depois se você quiser. Você pode dizer “sim” agora e mudar de ideia depois e tudo continuará bem. É importante que você converse com seus responsáveis/representante legal sobre a sua decisão. Saiba o que eles acham, fale a eles o que pretende fazer, se quer ou não participar. Você tem o tempo que precisar para isso, conforme informado pela pesquisadora. Também pode conversar com a pesquisadora, quando quiser. Ela responderá todas as suas dúvidas, em qualquer momento da pesquisa.

Você não receberá nenhum dinheiro nem terá que pagar nada para participar da pesquisa. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, a pesquisadora não falará para outras pessoas, nem dará a estranhos as informações que você der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as pessoas que participaram da pesquisa e estarão à sua disposição quando finalizada.

ASSENTIMENTO

Eu _____ li este termo e aceito participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ___/___/____
-------------------------------	--------------------

Eu, Carolina de Souza Amorim obtive de forma apropriada e voluntária o Assentimento Livre e Esclarecido do participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a).	Data: ___/___/____
----------------------------------	--------------------

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESPONSÁVEL LEGAL

Prezado(a) responsável/representante legal:

Gostaríamos de solicitar o seu consentimento para o(a) menor _____ participar como voluntário(a) da pesquisa denominada REPRESENTANTES DE TURMA: contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT no Colégio Pedro II e que diz respeito a uma dissertação de mestrado. A pesquisa será realizada no campus Tijuca II e para efetivação da pesquisa serão realizadas entrevistas presenciais, semiestruturadas e individuais.

1. OBJETIVO: o objetivo geral é analisar se as práticas e as estruturas que perpassam os representantes de turma no cotidiano escolar contribuem com aspectos que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho desses estudantes do EMI, propondo elaborar como produto educacional um guia com informações e orientações, construído a partir da análise dos dados coletados, que promova conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e na perspectiva de aspectos da formação integral. Os objetivos específicos são compreender os conceitos formação integral e protagonismo, em seguida, analisar se há conexões entre eles; identificar fatores e características, pedagógicos e metodológicos, que norteiam o processo de eleição dos representantes de turma, devido a importância, para esta pesquisa, desse mecanismo como possível processo de formação dos estudantes; analisar os espaços de contribuição no cotidiano escolar após eleitos e como os representantes de turma dialogam e se intervêm nestas esferas; identificar as demandas do cotidiano escolar dos representantes de turma, os processos sociais e escolares que os perpassam e de que modo mobilizam e recebem orientações das instâncias deliberativas e pedagógicas para interlocução sobre essas questões; a partir dos documentos encontrados e dos relatos, analisar as possíveis relações entre representante de turma, proposta de educação que vise a formação integral e protagonismo dos estudantes envolvidos e, contribuir com a elaboração do produto final, construído a partir da análise dos dados coletados, que aponte práticas que auxiliem os futuros representantes de turma no cotidiano escolar e nos aspectos da formação integral.

2. PROCEDIMENTOS: a forma de participação do (a) menor consistirá em conceder entrevista presencial, semiestruturada individual e as formas de registros serão gravação em áudio e anotações escritas. A gravação será para facilitar a transcrição posterior, mas sem o uso do áudio para divulgação.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, por ser garantido o anonimato ao longo de todo o processo, o risco pode ser avaliado como baixo, no caso do participante apresentar algum incômodo ao ter as respostas da entrevista utilizadas no decorrer da pesquisa. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a garantia de livre recusa em qualquer momento para interromper o processo da entrevista quando desejar e tem a possibilidade de apenas ter as informações utilizadas mediante a autorização. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: contribuição dos resultados para a criação de um produto educacional que espera-se que aprimore o conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e nos aspectos da formação integral.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a privacidade do (a) menor será respeitada e o nome dele (a) ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o(a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a participação do (a) menor neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a permitir que ele (a) participe do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar que o (a) menor saia da pesquisa, informe a pesquisadora, ele (a) não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido à participação do (a) menor no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pela pesquisadora. A pesquisadora garante a você o livre acesso a todas as informações da entrevista e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Carolina de Souza Amorim pelo e-mail cs.amorim.cz@gmail.com ou pelo telefone (21) 99358-0336. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo com a participação do (a) menor _____ na pesquisa.

Assinatura do(a) responsável /representante legal	Data: ___/___/_____
---	---------------------

Eu, Carolina de Souza Amorim obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do (a) responsável /representante legal pelo (a) menor participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/_____
---------------------------------	---------------------

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE – ENTREVISTA PRESENCIAL

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada REPRESENTANTES DE TURMA: contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT no Colégio Pedro II e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: o objetivo geral é analisar se as práticas e as estruturas que perpassam os representantes de turma no cotidiano escolar contribuem com aspectos que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho desses estudantes do EMI, propondo elaborar como produto educacional um guia com informações e orientações, construído a partir da análise dos dados coletados, que promova conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e na perspectiva de aspectos da formação integral. Os objetivos específicos são compreender os conceitos formação integral e protagonismo, em seguida, analisar se há conexões entre eles; identificar fatores e características, pedagógicos e metodológicos, que norteiam o processo de eleição dos representantes de turma, devido a importância, para esta pesquisa, desse mecanismo como possível processo de formação dos estudantes; analisar os espaços de contribuição no cotidiano escolar após eleitos e como os representantes de turma dialogam e se intervêm nestas esferas; identificar as demandas do cotidiano escolar dos representantes de turma, os processos sociais e escolares que os perpassam e de que modo mobilizam e recebem orientações das instâncias deliberativas e pedagógicas para interlocução sobre essas questões; a partir dos documentos encontrados e dos relatos, analisar as possíveis relações entre representante de turma, proposta de educação que vise a formação integral e protagonismo dos estudantes envolvidos e, contribuir com a elaboração do produto final, construído a partir da análise dos dados coletados, que aponte práticas que auxiliem os futuros representantes de turma no cotidiano escolar e nos aspectos da formação integral.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em conceder entrevista presencial, semiestruturada individual e as formas de registros serão gravação em áudio e anotações escritas. A gravação será para facilitar a transcrição posterior, mas sem o uso do áudio para divulgação.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, por ser garantido o anonimato ao longo de todo o processo, o risco pode ser avaliado como baixo, no caso do participante apresentar algum incômodo ao ter as respostas da entrevista utilizadas no decorrer da pesquisa. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a garantia de livre recusa em qualquer momento para interromper o processo da entrevista quando desejar e tem a possibilidade de apenas ter as informações utilizadas mediante a autorização. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: contribuição dos resultados para a criação de um produto educacional que espera-se que aprimore o conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e nos aspectos da formação integral.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no

estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pela pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações da sua entrevista e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Carolina de Souza Amorim pelo e-mail cs.amorim.cz@gmail.com ou pelo telefone (21) 99358-0336. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ___/___/____
-------------------------------	--------------------

Eu, Carolina de Souza Amorim obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/____
---------------------------------	--------------------

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE – ENTREVISTA ONLINE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada **REPRESENTANTES DE TURMA**: contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT no Colégio Pedro II e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: o objetivo geral é analisar se as práticas e as estruturas que perpassam os representantes de turma no cotidiano escolar contribuem com aspectos que envolvem a formação integral para atuações sociais e no mundo do trabalho desses estudantes do EMI, propondo elaborar como produto educacional um guia com informações e orientações, construído a partir da análise dos dados coletados, que promova conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e na perspectiva de aspectos da formação integral. Os objetivos específicos são compreender os conceitos formação integral e protagonismo, em seguida, analisar se há conexões entre eles; identificar fatores e características, pedagógicos e metodológicos, que norteiam o processo de eleição dos representantes de turma, devido a importância, para esta pesquisa, desse mecanismo como possível processo de formação dos estudantes; analisar os espaços de contribuição no cotidiano escolar após eleitos e como os representantes de turma dialogam e se intervêm nestas esferas; identificar as demandas do cotidiano escolar dos representantes de turma, os processos sociais e escolares que os perpassam e de que modo mobilizam e recebem orientações das instâncias deliberativas e pedagógicas para interlocução sobre essas questões; a partir dos documentos encontrados e dos relatos, analisar as possíveis relações entre representante de turma, proposta de educação que vise a formação integral e protagonismo dos estudantes envolvidos e, contribuir com a elaboração do produto final, construído a partir da análise dos dados coletados, que aponte práticas que auxiliem os futuros representantes de turma no cotidiano escolar e nos aspectos da formação integral.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em conceder entrevista semiestruturada individual por meio da plataforma Google Meet, a forma de registro será gravação para facilitar a transcrição posterior, mas sem o uso da imagem ou do áudio para divulgação.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, por ser garantido o anonimato ao longo de todo o processo, o risco pode ser avaliado como baixo, no caso do participante apresentar algum incômodo ao ter as respostas da entrevista utilizadas no decorrer da pesquisa. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a garantia de livre recusa em qualquer momento para interromper o processo da entrevista quando desejar e tem a possibilidade de apenas ter as informações utilizadas mediante a autorização. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: contribuição dos resultados para a criação de um produto educacional que espera-se que aprimore o conhecimento sobre o processo de eleição e atuação dos representantes de turma do Ensino Médio Integrado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II e, aponte práticas que auxiliem os futuros eleitos no cotidiano escolar e nos aspectos da formação integral.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES:
 você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pela pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações da sua entrevista e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Carolina de Souza Amorim pelo e-mail cs.amorim.cz@gmail.com ou pelo telefone (21) 99358-0336. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ___/___/____
-------------------------------	--------------------

Eu, Carolina de Souza Amorim obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/____
---------------------------------	--------------------

ANEXO E - CARTA DE ANUÊNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos, para fins de comprovação junto à Plataforma Brasil, que a pesquisadora Carolina de Souza Amorim deu entrada na solicitação de atividade de pesquisa no Colégio Pedro II, com o projeto “Representantes de turma: contribuições ao debate sobre formação integral e protagonismo”.

O projeto está sendo analisado pelas instâncias devidas, estando sua execução condicionada à apresentação do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa aprovado.

Desta forma, afirma a disponibilidade da instituição para a emissão do parecer, condicionado ao documento do Comitê de Ética.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2022.

**Marcia Martins de
Oliveira:88171515720**

Assinado de forma digital por Marcia
Martins de Oliveira:88171515720
Dados: 2022.04.25 14:47:38 -03'00'

ANEXO F - APROVAÇÃO NA PLATAFORMA BRASIL



Continuação do Parecer: 5.450.299

Orçamento	ORCAMENTO.pdf	08/05/2022 00:32:14	CAROLINA DE SOUZA AMORIM	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	08/05/2022 00:31:45	CAROLINA DE SOUZA AMORIM	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 06 de Junho de 2022

Assinado por:
Kátia Regina Xavier da Silva
(Coordenador(a))